



GONDOMAR

é D'ouro

DOCUMENTOS PRESTAÇÃO DE CONTAS | 2022

RELATÓRIO

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

Índice Geral

1) Mensagem do Presidente.....	8
2) Introdução.....	9
3) Órgãos do Município.....	10
a) Introdução.....	10
b) Assembleia Municipal.....	11
c) Câmara Municipal.....	12
4) Estrutura Orgânica do Município e Recursos Humanos.....	13
a) Estrutura Orgânica.....	13
b) Recursos Humanos.....	15
5) Análise Orçamental.....	21
a) Execução Global do Orçamento.....	21
b) Grau de execução orçamental.....	22
c) Receita.....	23
d) Despesa.....	29
e) Encargos com Empréstimos Bancários.....	32
f) Transferências Correntes.....	32
g) Grandes Opções do Plano.....	35
6) Cálculo Do Endividamento Municipal.....	38
a) Cálculo da Dívida Própria e de Entidades participadas.....	38
b) Margem apurada do Endividamento Municipal.....	39
c) Evolução do Endividamento.....	39
7) Contabilidade de Gestão.....	41
8) Análise Económico-Financeira.....	43
a) Demonstrações Financeiras.....	43
i. Balanço.....	44
ii. Demonstração de resultados por natureza.....	48
b) Indicadores Económico-Financeiros.....	50
Solvabilidade.....	50
Liquidez Geral.....	51
Autonomia Financeira.....	52
Estrutura.....	53
Endividamento Total.....	54

9)	Proposta de Aplicação de Resultados	56
10)	Demonstrações Financeiras.....	58
a)	Balanço	58
b)	Demonstração de Resultados.....	60
c)	Demonstração das alterações no património Líquido	61
d)	Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	62
e)	Notas explicativas às Demonstrações Financeiras.....	64
f)	Nota 0 ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DO SNC-AP – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA	64
g)	Nota 1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico	66
	Referencial contabilístico e Demonstrações Financeiras.....	70
h)	Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	71
i)	Nota 3 - Ativos intangíveis.....	79
j)	Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente	81
k)	Nota 5 - Ativos fixos tangíveis.....	82
l)	Nota 6 – Locações	84
m)	Nota 7 - Custo de empréstimos obtidos	85
n)	Nota 8 - Propriedades de investimento	86
o)	Nota 9 - Imparidade de ativos.....	87
p)	Nota 10 - Inventários.....	87
q)	Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação.....	88
r)	Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação	88
s)	Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.....	89
t)	Nota 17 – Acontecimentos após a data de relato	90
u)	Nota 18 – Instrumentos Financeiros.....	90
v)	Nota 19 – Benefício dos Empregados	91
w)	Nota 23 - Outras divulgações.....	92
11)	Demonstrações orçamentais	94
a)	Demonstração de Desempenho Orçamental.....	95
b)	Demonstração de execução orçamental da receita	97
c)	Demonstração de execução orçamental da Despesa	98
d)	Demonstração da execução do PPI	99
e)	Alterações ao plano plurianual de investimentos.....	99
f)	Operações de tesouraria.....	99



GONDOMAR
e Ouro

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

12)	Mapa de Acordos de pagamento.....	100
13)	Registo de Compromissos Plurianuais.....	101
14)	Certificação Legal de Contas.....	102

Índice de Quadros:

Quadro 1: Composição da Assembleia Municipal do mandato 2021-2025.....	11
Quadro 2: Composição da Câmara Municipal no mandato 2021-2025.....	12
Quadro 3: Estrutura de Apoio	13
Quadro 4: Estrutura Orgânica da Câmara Municipal	14
Quadro 5: Estrutura Orgânica Nuclear aprovada em 2022.....	15
Quadro 6: Distribuição das carreiras.....	16
Quadro 7: Distribuição por género e categoria	18
Quadro 8: Distribuição por nível habilitacional	19
Quadro 9: Distribuição faixa etária	19
Quadro 10: Execução do Orçamento	21
Quadro 11: Equilíbrio Orçamental	22
Quadro 12: Grau de Execução orçamental	22
Quadro 13: Evolução da Receita	23
Quadro 14: Principais rubricas da receita	25
Quadro 15: Evolução dos impostos diretos	25
Quadro 16: Receitas provenientes dos impostos diretos	26
Quadro 17: Evolução das transferências correntes	27
Quadro 18: Tipologia das transferências recebidas	28
Quadro 19: Evolução da despesa paga	29
Quadro 20: Despesa por unidade orgânica.....	30
Quadro 21: Despesa por natureza	31
Quadro 22: tipos de despesa	31
Quadro 23: Evolução da despesa com pessoal	31
Quadro 24: Encargos com serviço da dívida	32
Quadro 25: Transferências correntes	33
Quadro 26: Distribuição por Freguesia	33
Quadro 27: Distribuição por corporação de bombeiros	34
Quadro 28: distribuição por natureza de apoio	34
Quadro 29: Classificação funcional das GOP.....	35
Quadro 30: Evolução do GOP.....	35
Quadro 31: Cálculo do endividamento municipal.....	38
Quadro 32: Receita média dos últimos 3 exercícios	39
Quadro 32: Margem de endividamento	39
Quadro 34: Margem de endividamento	39
Quadro 35: Contabilidade de Gestão.....	42
Quadro 36: Rubricas do Ativo	44
Quadro 37: Rubricas do Passivo	45
Quadro 38: Rubricas do Património Líquido	46
Quadro 39: Subsídios ao investimento	47
Quadro 40: Rubricas de rendimentos	48
Quadro 41: Rubricas de gastos	49
Quadro 42: Índice de solvabilidade.....	50
Quadro 43: Índice de liquidez geral	51
Quadro 44: Grau de autonomia financeira	52
Quadro 45: Grau de autonomia financeira	53
Quadro 46: Índice de Endividamento Total	54
Quadro 47: Ajustamentos de transição para o SNC-AP	65



Quadro 48: Caracterização da entidade	69
Quadro 49: Discriminação saldos bancários	71
Quadro 50: Ativos Intangíveis	80
Quadro 51: Acordos de concessão	81
Quadro 52: Ativos Fixos Tangíveis.....	84
Quadro 53: Quadro das locações operacionais	85
Quadro 54: Mapa dos empréstimos	86
Quadro 55: Propriedades de investimento	87
Quadro 56: Imparidade de ativos	87
Quadro 57: Rendimento de transações com contraprestação	88
Quadro 58: Rendimento de transações sem contraprestação	89
Quadro 59: Mapa das provisões	89
Quadro 60: Participações em entidades societárias	90
Quadro 61: Participações em entidades não societárias	91
Quadro 62: Mapa dos investimentos financeiros	91
Quadro 63: Demonstração do desempenho Orçamental	96
Quadro 64: Alterações Orçamentais Receita	97
Quadro 65: Alterações Orçamentais Despesa	98

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Faixa etária dos colaboradores do Município de Gondomar	20
Gráfico 2: Equilíbrio Corrente	22
Gráfico 3: Execução Orçamental	23
Gráfico 4: Evolução da receita.....	24
Gráfico 5: Evolução dos impostos diretos	26
Gráfico 6: Evolução das receitas próprias	27
Gráfico 7: Transferências correntes	27
Gráfico 8: Transferências do orçamento de estado	28
Gráfico 9: Evolução despesa paga.....	29
Gráfico 10: Evolução das despesas com pessoal.....	32
Gráfico 11: Evolução GOP	36
Gráfico 12: Evolução do endividamento	40
Gráfico 13: Índice de solvabilidade	51
Gráfico 14: Índice de liquidez geral	52
Gráfico 15: Grau de Autonomia Financeira.....	53
Gráfico 16: Índice de Estrutura	54
Gráfico 17: Índice de endividamento total	55
Gráfico 18: Organigrama	67

Abreviaturas e conceitos utilizados:

CABIMENTOS - Na fase de intenção de realização de despesa, esta deve registar-se imediatamente na respetiva dotação (cabimentar o montante previsto) para assegurar que, quando se decidir assumir o compromisso de realização, se disponha de dotação para o efeito.

CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado

COMPROMISSOS - as obrigações de efetuar pagamentos a terceiros em contrapartida do fornecimento de bens e serviços ou da satisfação de outras condições. Os compromissos consideram-se assumidos quando é executada uma ação formal pela entidade, como sejam a emissão de ordem de compra, nota de encomenda ou documento equivalente, ou a assinatura de um contrato, acordo ou protocolo, podendo também ter um caráter permanente e estar associados a pagamentos durante um período indeterminado de tempo, nomeadamente salários, rendas, eletricidade ou pagamentos de prestações diversas;

COMPROMISSOS PLURIANUAIS - os compromissos que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido.

DÍVIDA TOTAL - referente a operações orçamentais do município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais. Para além destes itens são incluídos no apuramento: os serviços municipalizados e intermunicipalizados; as entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais, independentemente de terem sido constituídas ao abrigo de regimes legais específicos ou do direito privado; as empresas locais e participadas e outras entidades em que o Município participa diretamente

FAM – Fundo de Apoio Municipal, constituído pela Lei nº 53/2014 de 25 de Agosto

FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro

FSM – Fundo Social Municipal

GOP – Grandes Opções do Plano

IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis

IMPOSTOS ABOLIDOS – impostos extintos, mas cuja receita ainda reverte a favor do Município, como poderá ser o caso da contribuição autárquica e da sisa.

IMPOSTOS DIRECTOS - Este capítulo engloba, de forma desagregada, os impostos directos municipais estabelecidos na lei das finanças locais.

IMPOSTOS INDIRECTOS - Consideram-se as receitas que revistam a forma de taxas, licenças, emolumentos ou outras semelhantes pagas por unidades empresariais

IMT – Imposto Municipal Sobre Transações Onerosas de Imóveis

IUC – Imposto Único de Circulação

LFL – Lei das Finanças Locais – Lei nº 73/2013 de 3 de Setembro.

PAGAMENTOS EM ATRASO - as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes;

PASSIVOS - as obrigações presentes da entidade provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporam benefícios económicos. Um acontecimento que cria obrigações é um acontecimento que cria uma obrigação legal ou construtiva que faça com que uma entidade não tenha nenhuma alternativa realista senão liquidar essa obrigação.

PMP – Prazo Médio de Pagamentos

POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99 de 22 de Fevereiro

PORTUGAL2020 – É o programa sucessor do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) e enquadrará os apoios estruturais da União Europeia entre 2014 e 2020, tendo como prioridades o setor privado e o emprego.

QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional

REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS - Sob esta rubrica escrituram-se as importâncias devolvidas à autarquia por corresponderem a pagamentos por esta feitos em excesso ou indevidamente.

RESPONSABILIDADES CONTINGENTES - possíveis obrigações que resultem de factos passados e cuja existência é confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob controlo da entidade.

RFALEI – Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais - Lei nº 73/2013 de 3 de Setembro, republicada pela Lei nº 51/2018 de 16 de Agosto.

SATAPOCAL – Grupo de apoio técnico à implementação do POAL

SERVIÇO DA DÍVIDA - é uma referência à totalidade dos pagamentos que o devedor faz para pagar os juros e amortizações de correspondente a um empréstimo.

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - Entende-se por transferências correntes os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes ou sem afectação preestabelecida.

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL - os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas de capital.

UF – União de Freguesias

JF – Junta de Freguesia

SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro

1) Mensagem do Presidente

Apresentamos neste documento, a prestação de contas do Município de Gondomar do ano de 2022. O ano transato, em diversas áreas, foi caracterizado pela grande instabilidade económica mundial, como sejam a crise energética, a inflação, a guerra e ainda a pandemia de COVID-19, que também afetaram a gestão do nosso Município, nomeadamente no orçamento aprovado.

A incerteza dos preços, a carência de matérias-primas e de mão de obra e a rigidez das regras da contratação pública, fizeram com que muitos projetos não tivessem a execução planeada.

Ainda assim, a gestão de 2022 resultou num resultado positivo de 15.707.377,14 EUR.

Ao nível da receita a diminuição da taxa de IMI aprovada por este executivo já se refletiu neste exercício, tanto na gestão do Município, como nas famílias que dele beneficiaram. Na sequência de exercícios anteriores, a receita de IMT continuou a subir, o que revela continuidade do investimento privado.

Ainda no que diz respeito à receita, o Município de Gondomar prescindiu de parte das receitas do Orçamento de Estado, nomeadamente do Fundo de Equilíbrio Financeiro, para serem entregues diretamente às freguesias a partir de agosto de 2022 e, com isso continuar as políticas de proximidade que melhoram a qualidade de vida da nossa população.

Ao nível da despesa continuamos a trajetória de diminuição do endividamento o que permitiu alcançar uma margem de endividamento de 56 M€, superior à do ano transato que era de 45M €.

O ano de 2022 ficou marcado ainda pela transferência de competências no domínio da ação social, a qual teve implicação tanto na gestão financeira, como na gestão dos serviços, mas permitindo que mais apoios cheguem às famílias que deles necessitam e de uma forma mais célere. Esta competência juntou-se a uma outra, a Educação, que o Município já tinha assumido no início de 2020.

A nível não financeiro, refira-se a pirâmide etária dos recursos do Município que tem uma base muito alargada nas faixas etárias mais elevadas, e que denota as dificuldades do passado e do presente na contratação de recursos humanos, o que implicará um esforço acrescido na renovação dos quadros do Município.

Em jeito de conclusão, 2022, foi um dos anos com maiores dificuldades para a gestão do Município, decorrentes de todos os fatores já mencionados. Contudo, continuamos a percorrer o caminho definido nas políticas de proximidade e de melhoria da qualidade de vida da nossa população.

2) Introdução

Em conformidade com o disposto na alínea i) do n.º 1 artigo 33.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, apresentam-se os documentos de prestação de contas de 2022 ao Órgão Executivo para efeitos de aprovação e posterior submissão para apreciação e votação da assembleia municipal.

O relatório de gestão e a prestação de contas encontram-se elaborados nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, doravante designado SNC-AP, e a Instrução nº 1/2019 – PG, de 6 de março, do Tribunal de Contas que aplica a prestação de contas às entidades incluídas no âmbito de aplicação do SNC-AP.

O novo SNC-AP aplicado pela primeira vez na Autarquia em 2020, visa promover a harmonização contabilística, fomentando o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais, uniformizar procedimentos, melhorar a transparência das contas públicas, contribuir para a satisfação das necessidades dos utilizadores da informação e relato orçamental e financeiro das entidades públicas. Este conjunto de normas integrantes do novo normativo representa um modelo importante de normalização contabilística e implica alterações profundas na contabilidade pública.

A obrigação e a responsabilidade de prestar contas (*accountability*) inclui num amplo dever de informação a cargo de quem efetua a gestão de dinheiros públicos, como recursos escassos que são, constitui um exemplo típico de administração de bens alheios, sendo cada vez mais necessário que, quer os gestores públicos, quer os cidadãos, tenham em atenção a importância que os bens/recursos públicos detêm pela sua especial característica de serem públicos.

No cumprimento desta obrigação o órgão executivo tem ainda de prestar contas em momentos diversos e diferentes destinatários (*stakeholders*), como sejam:

- Aos eleitores, fornecedores, investidores, instituições financeiras, público em geral, sobre o cumprimento dos compromissos assumidos previamente em programa eleitoral - Controlo Social;
- Tribunal de Contas, a quem presta jurisdicionalmente contas da sua atividade financeira - Controlo Jurisdicional (art.º 51º e seguintes da Lei nº98/97, de 26 de agosto)

- Ao Ministério da Administração Interna (DGAL e CCDR) e outros órgãos de controlo externo (DGO e IGF) a quem presta contas do ponto de vista da legalidade administrativa - Controlo Administrativo (artigo 7º da Lei nº73/2013 de 3 de setembro);
- O órgão deliberativo, Assembleia Municipal, a quem presta verdadeiramente contas para que esta aprecie em sessão ordinária a ocorrer durante o mês de abril - Controlo Político (alínea I) do nº2 do artigo 25º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro).

Ao longo do presente documento será apresentada uma análise da situação contabilística do Município de Gondomar a 31 de dezembro de 2022, centrada nas áreas financeira, orçamental, e de gestão, reportando ainda a situação da Autarquia face ao endividamento.

A presente conta de gerência foi analisada e certificada pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Anjos & Associados – SROC, Lda.

3) Órgãos do Município

a) Introdução

Nas linhas seguintes serão identificados cada um dos eleitos locais, que durante o ano de 2022, representaram o Município de Gondomar nos diversos órgãos de representação.

b) Assembleia Municipal

Os eleitos locais para a Assembleia Municipal, durante o ano de 2022, são os que a seguir se descrevem:

Nome	Cargo
Adelino de Oliveira Miranda	Deputado Municipal
Ana Patrícia Ferreira Pegas da Cruz	Deputado Municipal
Ana Rita Fernandes Bessa	Deputado Municipal
Aníbal Jaime Gomes Lira	Presidente
António José Ribeiro Braz	Presidente da UF de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Arménio Lino Martins	Deputado Municipal
Artur Fernando Torres Vieira de Sousa	Deputado Municipal
Carla Isabel Pinto Ferreira	Deputado Municipal
Carmina Maria dos Santos Lopes de Araújo	Deputado Municipal
Daniel Filipe Oliveira Vieira	Deputado Municipal
Emanuel Fernando Pinto de Andrade	Deputado Municipal
Eugénia Maria de Sousa Braga Leite de Faria	Deputado Municipal
Fernando Alicia Barreira Morais	Deputado Municipal
Fernando Cerqueira	Deputado Municipal
Fernando Fernandes Duarte	Deputado Municipal
Fernando Miguel dos Santos Azevedo	Deputado Municipal
Francisco Alves Laranjeira	Presidente da JF de Baguim do Monte
Joana Daniela Baldaia de Resende	Deputado Municipal
João Pedro de Andrade Pinho da Silva	Deputado Municipal
João Pedro Serra Soares Forte	Deputado Municipal
João Resende Pinto Figueiredo	Deputado Municipal
José Manuel Cardoso Alves Pereira	1º Secretário
José Miguel Miranda Laranjeira	Deputado Municipal
Manuel José Santos Paiva	Presidente da UF de Melres e Medas
Manuel Pedro Ferreira de Carvalho	Deputado Municipal
Márcia Cristina Guedes de Castro Silva Bandeira	2º Secretário
Maria José Nogueira Barbosa Correia	Deputado Municipal
Maria Rosa de Sousa Oliveira	Deputado Municipal
Maribel Santos Fernandes	Deputado Municipal
Marlene Sofia Pinto Soares	Deputado Municipal
Nuno Filipe Brito da Fonseca	Presidente da Junta de Freguesia de Rio Tinto
Nuno Miguel Ribeiro Pontes	Deputado Municipal
Paulo Alexandre Pinheiro Nunes da Silva	Deputado Municipal
Ricardo Jorge Cardoso dos Santos Couto	Deputado Municipal
Rosalina Sofia Neves Martins	Presidente da UF de Fânzeres e S. Pedro da Cova
Rui da Mota Correia	Presidente da JF da Lomba
Sara Cristina Oliveira dos Santos	Deputado Municipal
Silvino de Sousa Paiva	Presidente da UF de Foz do Sousa e Covelo
Telmo Afonso da Mota Viana	Deputado Municipal
Urbano José Garrido de Brito Ferreira Marques	Deputado Municipal

Quadro 1: Composição da Assembleia Municipal do mandato 2021-2025

c) Câmara Municipal

Os eleitos locais na Câmara Municipal durante o ano de 2022, são os que se seguem.

Nome	Função
Marco André dos Santos Martins Lopes	Presidente da Câmara Municipal
Luís Filipe Castro de Araújo	Vice-Presidente
Maria Aurora Moura Vieira	Vereadora
Sandra Eunice Ramos de Almeida	Vereadora
José Fernando da Silva Moreira	Vereador
Cláudia Manuela Ramos Vieira	Vereadora
Ana Luísa Machado Gomes	Vereadora
Jorge Manuel De Castro Ferreira De Ascensão	Vereador
Paulo Diogo Monteiro Tavares	Vereador
Valentina Sanchez Silva	Vereadora
Cristina Alexandra Ribeiro Coelho	Vereadora

Quadro 2: Composição da Câmara Municipal no mandato 2021-2025

4) Estrutura Orgânica do Município e Recursos Humanos

a) Estrutura Orgânica

A Estrutura e Organização dos Serviços do Município de Gondomar durante a maior parte do ano de 2022 foi a seguinte:

Estrutura Nuclear	Gabinete de Apoio à Presidência
	Gabinete dos Órgãos Autárquicos
	Gabinete de Comunicação e Imprensa
	Gabinete de Auditoria Interna e Qualidade
	Gabinete de Apoio à Vereação
	Gabinete de Protocolo
	Gabinete de Tecnologias de Informação
	Gabinete de Proteção Animal

Quadro 3: Estrutura de Apoio

Unidades orgânicas

DEPARTAMENTO DE AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA

Divisão de Desenvolvimento Ambiental

Divisão de Espaços Verdes, Mercados e Feiras

DEPARTAMENTO DE ATENDIMENTO MUNICIPAL E INOVAÇÃO

Divisão de Atendimento Municipal e Inovação

DEPARTAMENTO DE COESÃO SOCIAL

Divisão de Desenvolvimento Social

Divisão da Habitação Pública

DEPARTAMENTO ECONÓMICO E FINANCEIRO

Divisão de Aquisições e Contratação Pública

Divisão de Contabilidade

Divisão de Desenvolvimento Económico

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Divisão de Prospetiva Educativa

Divisão de Intervenção Sócio Escolar

DEPARTAMENTO JURÍDICO

Divisão Jurídica

DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS

Divisão de Gestão de Obras

Divisão de Mobilidade

Divisão Operacional e de Administração Direta

DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO ESTRATÉGICO E EQUIPAMENTO

Divisão de Planeamento e SIG

DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO CIVIL, SEGURANÇA E FISCALIZAÇÃO

Divisão de Fiscalização e Vistorias

DEPARTAMENTO DO URBANISMO

Divisão de Gestão Urbanística e Obras Particulares

Divisão de Cidadania e Participação

Divisão da Cultura

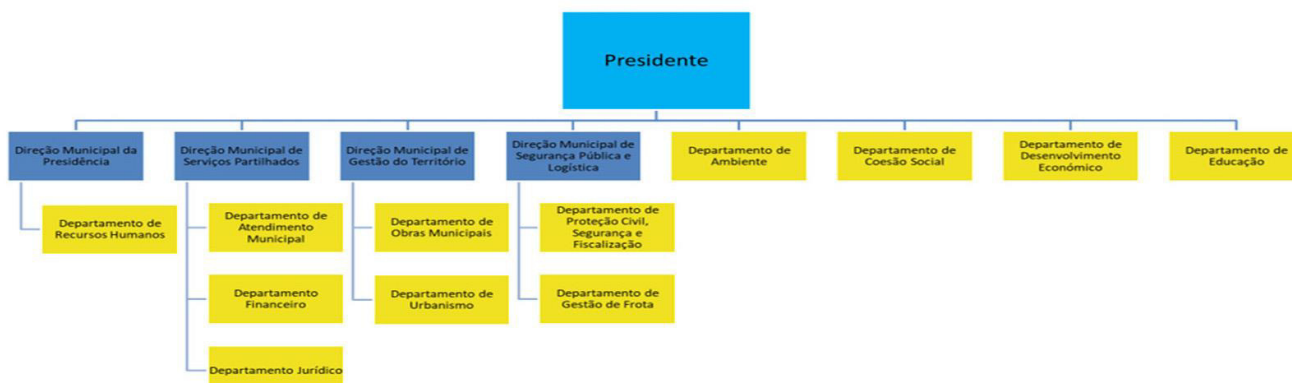
Divisão do Desporto

Divisão da Juventude

Divisão de Recursos Humanos

Quadro 4: Estrutura Orgânica da Câmara Municipal

A 26 de Dezembro de 2022 foi publicado no Diária da República, 2ª Série, o Aviso nº 24100/2022 a Estrutura Orgânica Nuclear composta por 4 direções Municipais e 12 Departamentos, que se pode reproduzir da seguinte forma:



Quadro 5: Estrutura Orgânica Nuclear aprovada em 2022

b) Recursos Humanos

A 31 de dezembro de 2022 o quadro de pessoal do Município integrava 1773 trabalhadores, existindo um saldo positivo de 35 trabalhadores, face a 2021 que a seguir serão caracterizados nos esquemas e quadros seguintes.

DISTRIBUIÇÃO DOS EFETIVOS POR GRUPO PROFISSIONAL

A distribuição dos efetivos por grupos profissionais resulta num valor maioritário da categoria correspondente aos Assistentes Operacionais, incluindo os Encarregados, sendo de evidenciar que, num mapa de pessoal com 1773 efetivos, o Município de Gondomar possuía um total de 45 dirigentes.

Categoria	Nº
Dirigente	45
Técnico Superior	343
Assistentes Técnicos (Incluindo Coordenador)	307
Assistente Operacional (Incluindo Encarregados)	1002
Carreira de Informática	7
Polícia Municipal	47
Outros	22
Total	1773

Quadro 6: Distribuição das carreiras

DISTRIBUIÇÃO DAS ENTRADAS E SAÍDAS DO PESSOAL

Entradas	Género		TOTAL
	Feminino	Masculino	
Procedimento concursal	173	113	286
Cedência de interesse público			0
Mobilidade interna a órgãos ou serviços	2	8	10
Regresso de licença		5	5
Comissão de serviço	4	6	10
Outras situações	2	6	8
Total	181	138	319

Saídas	Género		TOTAL
	Feminino	Masculino	
Caducidade	55	86	141
Revogação (mútuo acordo)			0
Resolução ou Exoneração (iniciativa do empregador)			0
Resolução, Denúncia ou Exoneração (iniciativa do trabalhador)	18	39	57
Sanção disciplinar			0
Conclusão sem sucesso do período experimental			0
Fim da situação de mobilidade interna		2	2
Morte		1	1
Reforma/aposentação	10	19	29
Limite de idade	2	1	3
Cessação da comissão de serviço	2	1	3
Outros	32	16	48
Total	119	165	284

DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL/GÉNERO/GRUPO PROFISSIONAL

No que diz respeito à distribuição do pessoal por género e categoria, verifica-se uma preponderância de trabalhadores do género feminino, praticamente em todas as categorias.

Categoria	Género	
	Feminino	Masculino
Dirigente	26	19
Técnico Superior	209	134
Assistentes Técnicos (Incluindo Coordenador)	216	91
Assistente Operacional (Incluindo Encarregados)	665	337
Carreira de Informática	4	3
Polícia Municipal	8	39
Outros	11	11
Total	1139	634

Quadro 7: Distribuição por género e categoria

DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL POR NÍVEL HABILITACIONAL

Uma maioria considerável de 1288 trabalhadores do Município de Gondomar detém a escolaridade obrigatória, o que representa 75% da representação total dos colaboradores da autarquia.

Nível Habilitacional	Género	
	Feminino	Masculino
Doutoramento	3	1
Mestrado	65	40
Licenciatura	222	127
Bacharelato	6	3
12º ano de escolaridade	466	192
11º ano de escolaridade	20	14
9º ano de escolaridade	261	97
6º ano de escolaridade	55	98
4º ano de escolaridade	41	62
Total	1139	634

Quadro 8: Distribuição por nível habilitacional

DISTRIBUIÇÃO DE PESSOAL POR ESCALÃO ETÁRIO

A maioria dos colaboradores do Município encontra-se na faixa entre os 45 e 64 anos de idade.

Idades	Género		TOTAL
	Feminino	Masculino	
Menos de 20 anos	0	0	0
20-24	8	5	13
25-29	40	39	79
30-34	52	44	96
35-39	87	46	133
40-44	137	64	201
45-49	176	95	271
50-54	204	100	304
55-59	223	116	339
60-64	173	91	264
65-69	39	33	72
70 ou mais anos	0	1	1
TOTAL	1139	634	1773

Quadro 9: Distribuição faixa etária

Em termos gráficos podemos representar as faixas etárias desta forma:

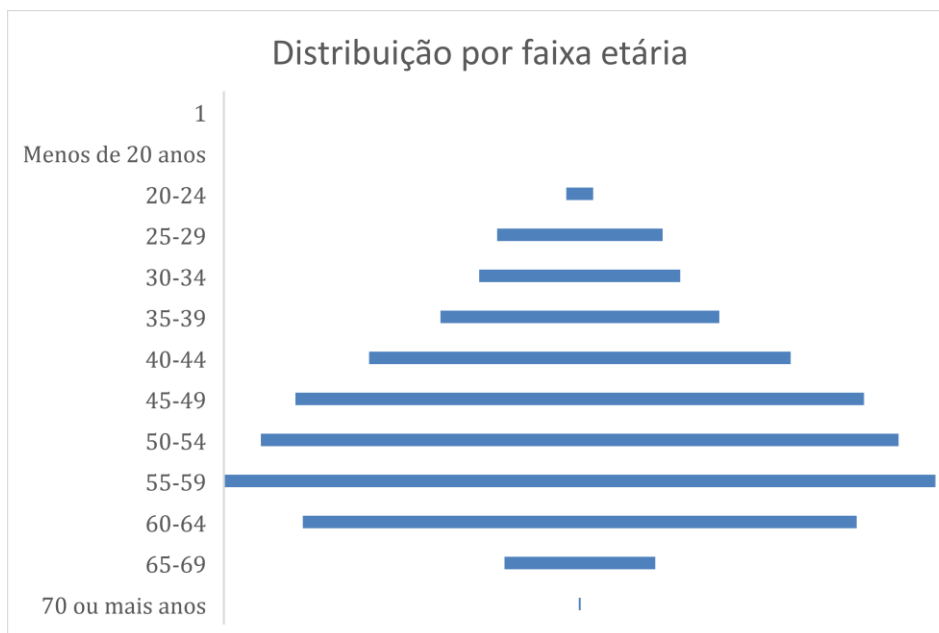


Gráfico 1: Faixa etária dos colaboradores do Município de Gondomar

Como é possível concluir pelo gráfico acima, a maioria dos colaboradores do Município encontram-se na faixa etária entre os 45 e 64 anos de idade.

5) Análise Orçamental

a) Execução Global do Orçamento

No ano de 2022, a receita cobrada foi de 101.784.201,80 EUR a qual, acrescida do saldo inicial no valor de 11.473.851,97 EUR, perfaz o montante global de 113.258.053,77 EUR.

A despesa realizada no ano de 2022 foi de 109.214.528,13 EUR, pelo que o valor do saldo que transita para a Gerência seguinte é 4.043.525,64 EUR.

Valores em euros

Designação Receita	Receita	%	Designação Despesa	Despesa	%
Saldo Gerência Anterior	11 473 852 €	10,13%	Despesa Corrente	70 111 712 €	64,20%
Receita Corrente	93 249 495 €	82,33%	Despesa de Capital	39 102 816 €	35,80%
Receita de Capital	8 534 707 €	7,54%			
Total	113 258 054 €	100,00%	Total	109 214 528 €	100,00%
			Saldo de Gerência Seguinte	4 043 526 €	

Quadro 10: Execução do Orçamento

Do quadro acima verifica-se que 82,33% da Receita Total é de natureza corrente, enquanto, as despesas correntes representam 64,20% da Despesa Total. A poupança corrente obtida foi de 23.137.783,22 EUR, poupança essa que permitiu o financiamento de parte do Plano Plurianual de Investimentos.

No entanto o conceito de Poupança Corrente, segundo o RFALEI estipula no seu n.º 2 do artigo 40.º que “a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo”. A Execução Orçamental do Município cumpre claramente este princípio, o que demonstra a boa e equilibrada gestão dos recursos:

Valores em euros

Rubrica	Valor
Receita Corrente (1)	93 249 495 €
Despesa Corrente (2)	70 111 712 €
Amortização Média Empréstimos (3)	5 308 581 €
Poupança corrente (1) - (2) - (3)	17 829 202 €

Quadro 11: Equilíbrio Orçamental

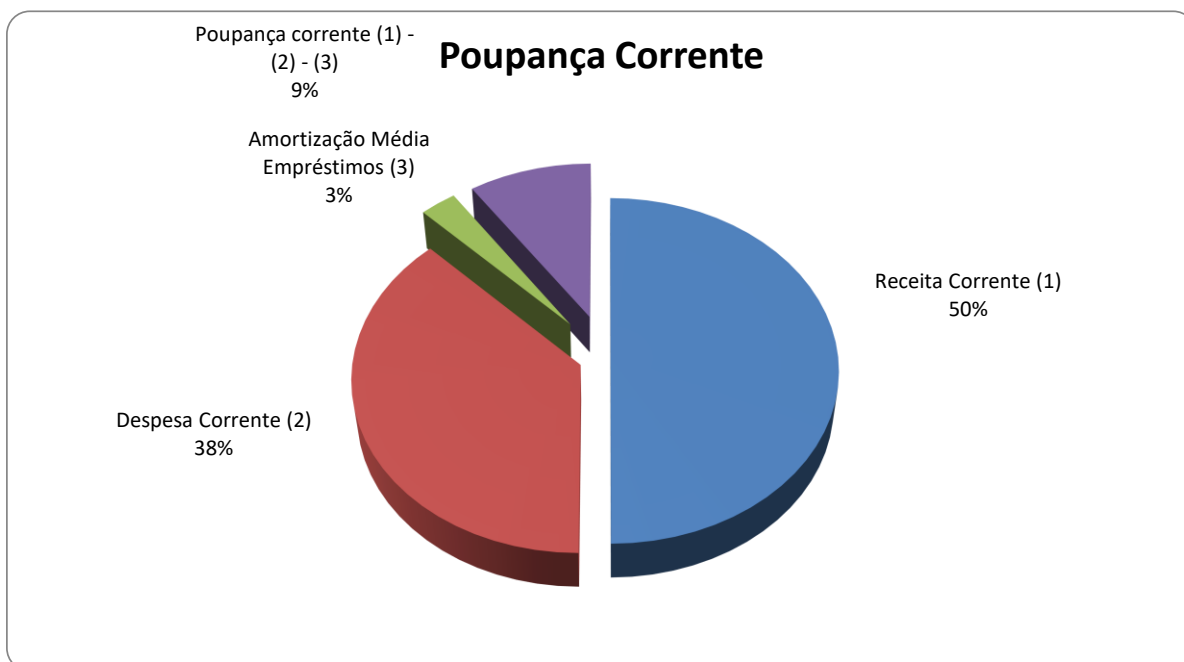


Gráfico 2: Equilíbrio Corrente

b) Grau de execução orçamental

Considerando os níveis de execução orçamental tanto do orçamento da receita como da despesa, temos a seguinte representação, cumprindo o disposto no artigo 56º do RFALEI:

	Receita	Despesa
Execução Orçamental	86,75%	83,65%

Quadro 12: Grau de Execução orçamental

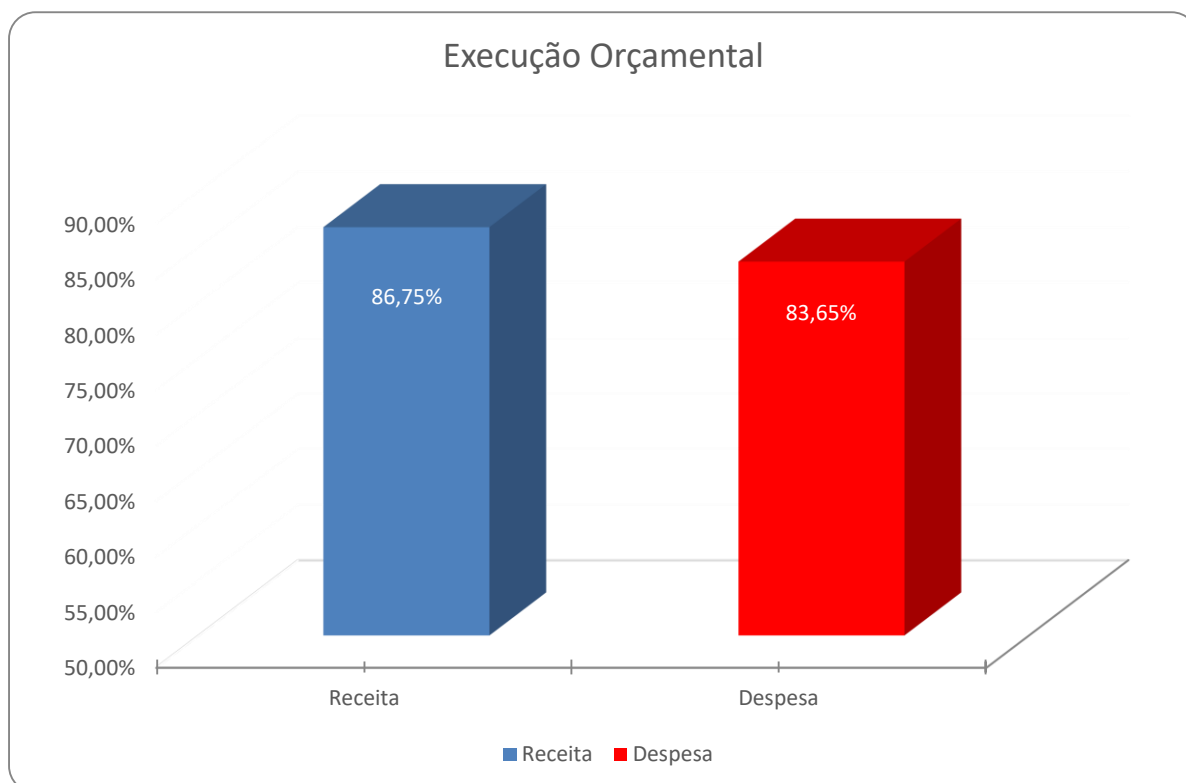


Gráfico 3: Execução Orçamental

c) Receita

No quadro e gráfico seguintes apresenta-se a evolução da receita cobrada nos últimos quatro anos:

Valores em euros

	2022	2021	2020	2019
Outras Receitas	11 479 078 €	16 901 189 €	8 600 935 €	3 667 006 €
Receita de Capital	8 534 707 €	8 768 485 €	3 938 862 €	33 045 893 €
Receita Corrente	93 244 269 €	84 649 876 €	80 970 487 €	73 610 473 €
Total Receita	113 258 054 €	110 319 550 €	93 510 284 €	110 323 371 €

Quadro 13: Evolução da Receita

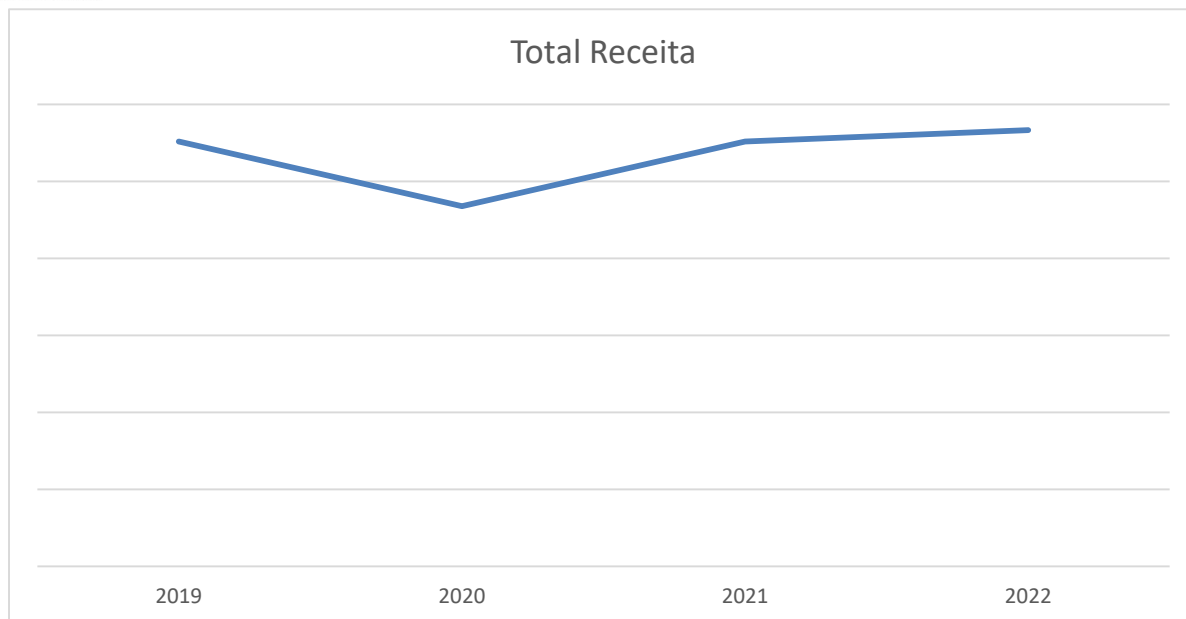


Gráfico 4: Evolução da receita

Sublinha-se que o valor excecional do item “Receita de Capital” no ano 2019 prende-se com o empréstimo contraído para liquidação da dívida à EDP.

O valor das “Receitas Correntes” apresenta uma subida ao longo dos últimos anos, o que se deve a acréscimos verificados nas rubricas Impostos Diretos e Transferências Correntes, como mais abaixo se detalha.

Relativamente ao peso de cada uma das rubricas na formação da receita cobrada no ano de 2022, vemos que assumem particular relevância os “Impostos Diretos” (30,35%) e as “Transferências Correntes” (34,43%), item no qual se inclui as transferências referentes à descentralização de competências, à semelhança do que se vem verificando nos anos transatos.

Designação	Realizado	% de cada Rubrica
Impostos diretos	34 377 719 €	30,35%
Taxas, multas e outras penalidades	3 589 194 €	3,17%
Rendimentos da propriedade	3 224 959 €	2,85%
Transferências correntes	38 994 483 €	34,43%
Venda de bens e serviços correntes	12 789 762 €	11,29%
Outras receitas correntes	268 151 €	0,24%
Venda de bens de investimento	- €	0,00%
Transferências de capital	8 534 707 €	7,54%
Reposições não abatidas nos pagamentos	5 226 €	0,00%
Saldo da gerência anterior	11 473 852 €	10,13%
Totais	113 258 054 €	100,00%

Quadro 14: Principais rubricas da receita

Importará então verificar qual tem sido a evolução destas duas importantes fontes de receita do Município nos últimos anos:

Valores em euros

	2022	2021	2020	2019
Impostos diretos	34 377 719 €	32 656 725 €	31 550 195 €	29 431 164 €

Quadro 15: Evolução dos impostos diretos

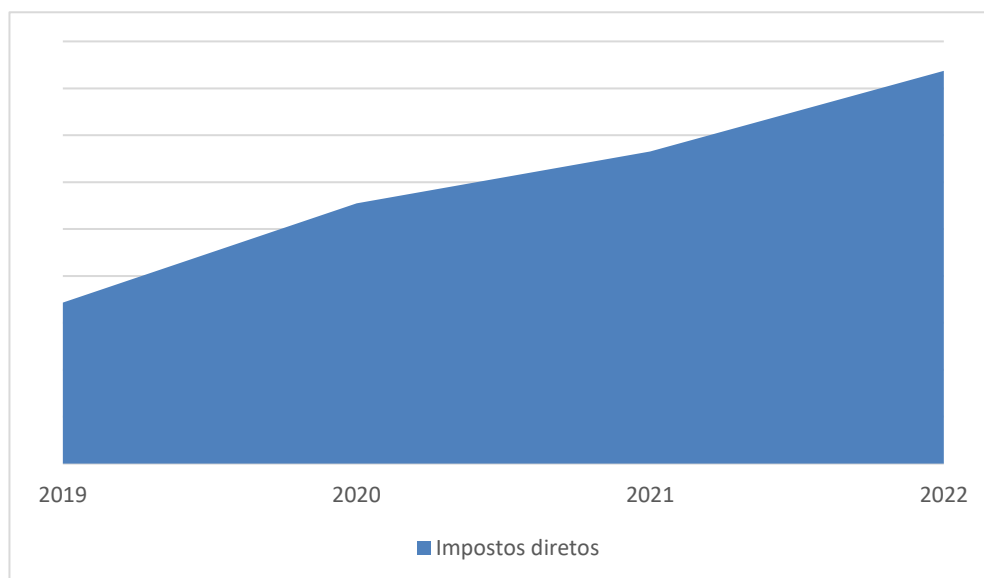


Gráfico 5: Evolução dos impostos diretos

Em 2022, na rubrica Impostos Diretos, verificou-se um acréscimo relativamente ao ano anterior, o qual fundamentalmente se deve ao aumento de receitas oriundas do IMT - Imposto Municipal sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis, uma vez que em face decisão de baixar a taxa IMI aplicada aos prédios urbanos do Concelho de Gondomar, começa a refletir-se na respetiva receita.

Valores em euros

Impostos	2022	2021	2020	2019
IMI	17 800 087 €	18 037 845 €	17 927 648 €	17 779 149 €
IUC	4 026 436 €	3 674 136 €	3 651 755 €	3 655 081 €
IMT	10 350 215 €	8 662 935 €	6 711 049 €	4 944 062 €
Derrama	2 177 176 €	2 281 809 €	3 248 338 €	3 027 824 €
Impostos abolidos	23 804 €	- €	11 405 €	25 048 €
TOTAL	34 377 719 €	32 656 725 €	31 550 195 €	29 431 164 €

Quadro 16: Receitas provenientes dos impostos diretos

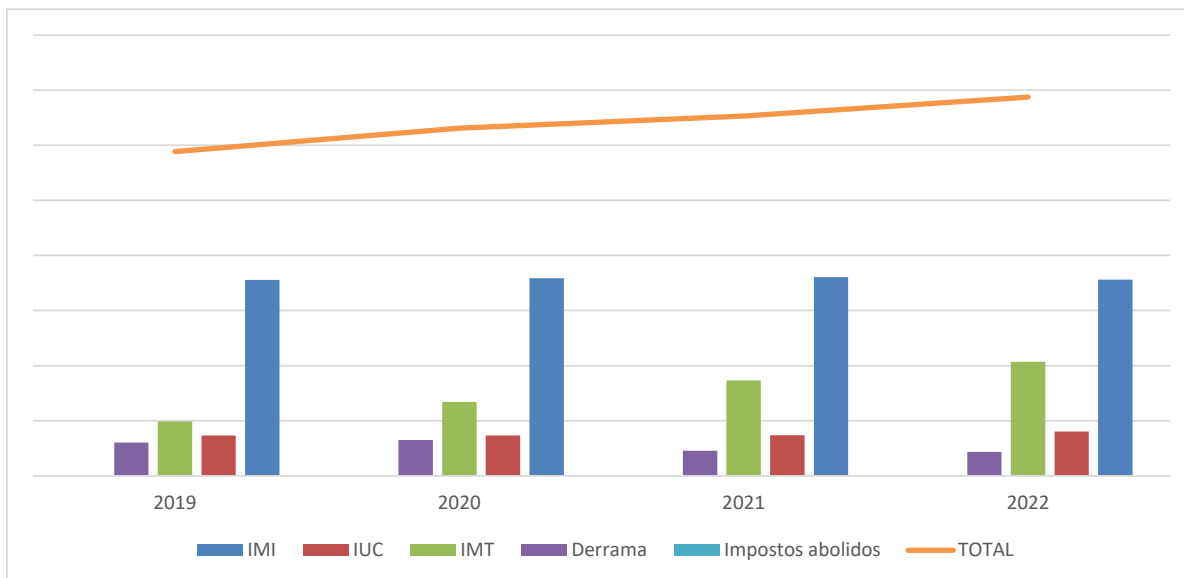


Gráfico 6: Evolução das receitas próprias

No que respeita às Transferências Correntes os valores nos últimos anos são conforme se dá conta na tabela e gráfico seguinte:

Valores em euros

	2022	2021	2020	2019
Transferências correntes	38 994 483 €	35 544 366 €	33 639 432 €	27 659 458 €

Quadro 17: Evolução das transferências correntes

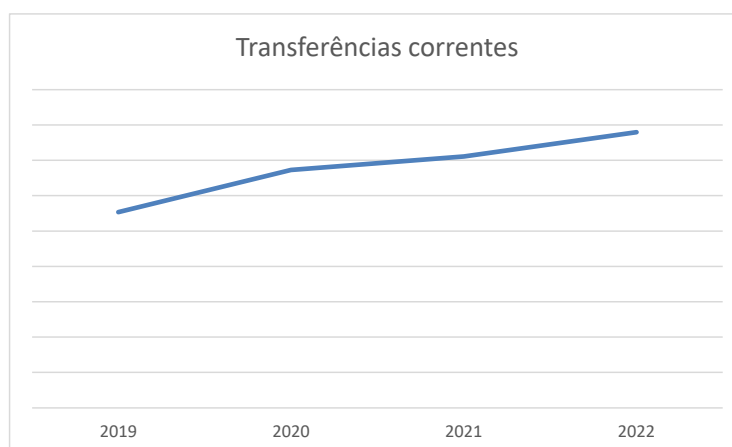


Gráfico 7: Transferências correntes

Detalhando pelas diferentes rubricas:

Valores em euros

Rubrica	2022	2021	Variação
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	11 641 711 €	12 633 717 €	-7,9%
Fundo Social Municipal (FSM)	3 038 010 €	2 278 209 €	33,4%
Participação Fixa no IRS	7 152 202 €	6 833 089 €	4,7%
Tr. Competências Lei 50/2018	4 326 391 €	3 420 593 €	26,5%
Particip. IVA - Artº. 26º-A, Lei 72/20	456 076 €	71 875 €	534,5%
Educação - Transferências	11 942 560 €	9 050 100 €	32,0%
Outras Comparticipações		772 813 €	-100,0%
Estado-Part. Proj. co-financiados	437 533 €	483 971 €	-9,6%
Total	38 994 483 €	35 544 366 €	9,7%

Quadro 18: Tipologia das transferências recebidas

A variação existente na rubrica de Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), refere-se à transferência de competências transferidas para as Freguesias a partir de Agosto de 2022

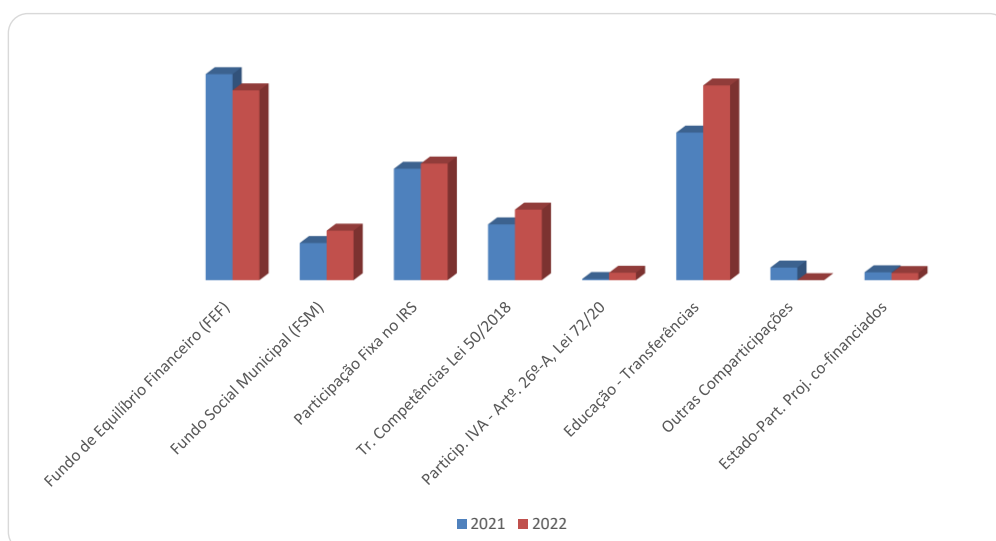


Gráfico 8: Transferências do orçamento de estado

d) Despesa

No ano de 2022 a despesa total paga foi de 109.214.528,13 EUR, o que representa uma taxa de execução de 83,65%, como atrás já foi referido.

Da análise do quadro e gráficos seguintes atinentes à Evolução da Despesa Paga, verifica-se que o valor da despesa de capital tem vindo a crescer ao longo dos últimos anos.

Valores em euros

	2022	2021	2020	2019
Despesa de Capital	39 102 816 €	35 839 300 €	20 001 443 €	45 976 585 €
Despesa Corrente	70 111 712 €	63 006 398 €	56 611 722 €	56 085 698 €
Total	109 214 528 €	98 845 698 €	76 613 165 €	102 062 283 €

Quadro 19: Evolução da despesa paga

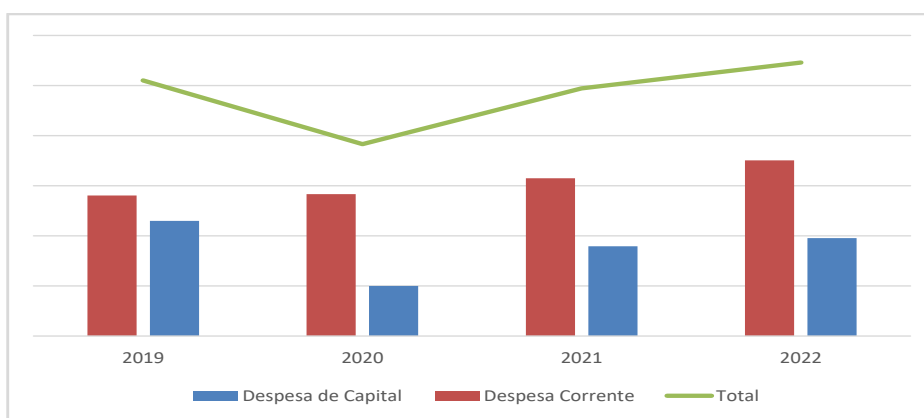


Gráfico 9: Evolução despesa paga

No ano de 2022 a taxa de execução da despesa foi de 83,65%, tal como se detalha no mapa seguinte:

Valores em euros

Designação	Dotação	Pago	Execução
Assembleia Municipal	17 562 €	12 723 €	72,44%
Operações Financeiras	7 312 790 €	7 300 013 €	99,83%
Órgãos Autárquicos e Administração Geral	17 189 712 €	15 106 919 €	87,88%
Proteção Civil, Segurança e Fiscalização	1 012 178 €	927 541 €	91,64%
Planeamento e Desenvolvimento Estratégico	30 767 €	27 457 €	89,24%
Modernização e Atendimento	9 295 €	7 109 €	76,49%
Recursos Humanos	31 596 707 €	31 173 063 €	98,66%
Cidadania e Participação	122 622 €	4 562 €	3,72%
Financeiro, Contabilidade e Património	4 432 600 €	4 173 424 €	94,15%
Aquisições e Contratação Pública	128 102 €	108 159 €	84,43%
Tecnologias de Informação	1 436 308 €	621 785 €	43,29%
Jurídico	76 248 €	48 946 €	64,19%
Protocolo	34 149 €	21 636 €	63,36%
Oficinas e Parque Automóvel	381 207 €	237 404 €	62,28%
Obras Municipais	27 477 570 €	18 413 947 €	67,01%
Mobilidade	482 705 €	335 580 €	69,52%
Coesão Social	9 574 960 €	6 284 519 €	65,63%
Cultura	1 428 740 €	950 928 €	66,56%
Urbanismo	48 979 €	20 931 €	42,73%
Educação, Formação e Emprego	8 007 239 €	6 209 696 €	77,55%
Desenvolvimento Económico e Turismo	2 620 782 €	2 371 433 €	90,49%
Espaços Públicos e Dinamização	346 257 €	154 179 €	44,53%
Proteção do Meio Ambiente, Florestas e Recursos Naturais	13 156 898 €	11 941 105 €	90,76%
Desporto e Gestão de Equipamentos	3 348 863 €	2 488 920 €	74,32%
Juventude e Tempos Livres	287 088 €	272 548 €	94,94%
Total	130 560 326 €	109 214 528 €	83,65%

Quadro 20: Despesa por unidade orgânica

Em termos de natureza de despesa, a execução foi a seguinte:

Valores em euros

	Dotação	Pago	Execução
Despesas Correntes	78 733 563 €	70 111 712 €	89,05%
Despesas de Capital	51 826 763 €	39 102 816 €	75,45%
Total Geral	130 560 326 €	109 214 528 €	83,65%

Quadro 21: Despesa por natureza

A execução do orçamento da despesa por classificação económica demonstra-se no mapa seguinte:

Valores em euros

Designação	Dotação	Pago	Execução
Despesas com Pessoal	30 879 807 €	30 484 674 €	98,72%
Aquisição de bens e serviços	31 850 341 €	25 601 974 €	80,38%
Juros e outros encargos	1 110 592 €	1 108 942 €	99,85%
Transferências correntes	11 629 673 €	10 168 284 €	87,43%
Subsídios	2 030 000 €	1 725 131 €	84,98%
Outras despesas correntes	1 233 150 €	1 022 707 €	82,93%
Aquisição de bens de capital	43 762 961 €	31 197 373 €	71,29%
Transferências de capital	1 861 605 €	1 714 372 €	92,09%
Passivos financeiros	6 202 197 €	6 191 072 €	99,82%
Totais	130 560 326 €	109 214 528 €	83,65%

Quadro 22: tipos de despesa

Ao longo dos últimos anos temos assistido a um aumento dos Encargos com Pessoal que advém quer do aumento de trabalhadores do Município na sequência da transferência de competências, nomeadamente no domínio da Educação, quer dos recrutamentos ocorridos no seguimento de procedimentos concursais.

Valores em euros

	2022	2021	2020	2019
Despesas com Pessoal	30 484 674 €	28 404 446 €	25 795 800 €	24 385 055 €

Quadro 23: Evolução da despesa com pessoal

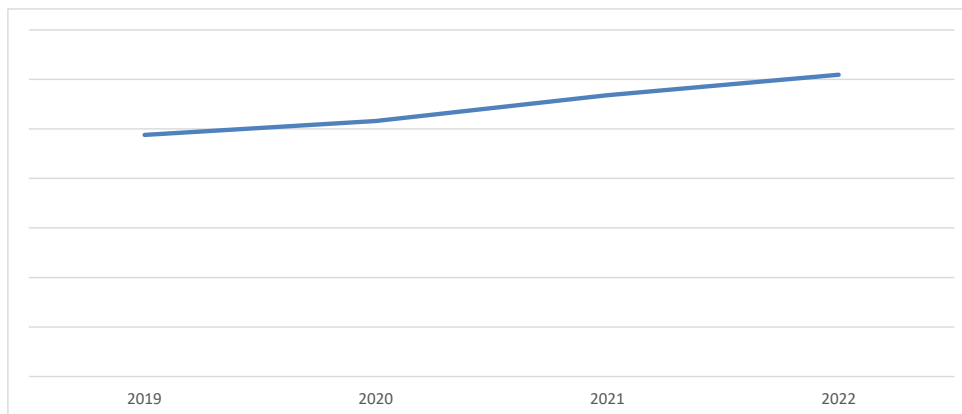


Gráfico 10: Evolução das despesas com pessoal

e) Encargos com Empréstimos Bancários

No Serviço da Dívida inclui-se, para além dos encargos com os juros e amortizações de empréstimos contraídos pelo Município, os juros suportados com indemnizações e de garantias prestadas à Autarquia. No ano 2022, os encargos com o serviço de dívida ascenderam a 7.300.013,32 €, repartidos entre juros e amortização de capital.

Valores em euros

Operações Financeiras	Valor
Juros e outros encargos	1 108 941,78 €
Passivos financeiros - amortização	6 191 071,54 €
Total	7 300 013,32 €

Quadro 24: Encargos com serviço da dívida

f) Transferências Correntes

Nesta rubrica incluem-se as transferências de natureza corrente efetuadas pela Autarquia a favor de terceiros, que em 2022 se repartiram da seguinte forma:

Valores em euros

Transferências	Valor
Freguesias	2 107 017 €
Associações de Municípios	80 182 €
Outras Entidades	831 307 €
Administração Central (Escolas)	1 440 900 €
Instituições sem Fins Lucrativos	4 601 787 €
Famílias	1 095 502 €
Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	11 589 €
Total	10 168 284 €

Quadro 25: Transferências correntes

Detalhe das transferências efetuadas para as Freguesias, no âmbito dos Contratos Interadministrativos e Acordos de Execução celebrados (incluindo no âmbito dos Transportes Escolares):

Valores em euros

Freguesia	Valor
Freguesia da Lomba	236 734 €
Freguesia de Baguim do Monte	190 123 €
Freguesia de Rio Tinto	434 832 €
União de Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova	379 070 €
União de Freguesias de Foz do Sousa e Covelo	218 294 €
União de Freguesias de Gondomar, Valbom e Jovim	439 489 €
União de Freguesias de Melres e Medas	208 475 €
TOTAL	2 107 017 €

Quadro 26: Distribuição por Freguesia

No que concerne às transferências efetuadas para Instituições sem Fins Lucrativos, destaca-se as realizadas a favor das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários e as executadas no âmbito do Programa de Apoio às Corporações:

Valores em euros

Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários	Valor transferido
Areosa - Rio Tinto	147 091,27 €
Gondomar	160 521,46 €
Melres	96 817,86 €
São Pedro da Cova	142 043,80 €
Valbom	133 800,20 €
TOTAL	680 274,59 €

Quadro 27: Distribuição por corporação de bombeiros

Relativamente às outras Instituições sem fins lucrativos, referentes a programas de apoio ao associativismo, a distribuição por áreas foi a seguinte:

Valores em euros

Programa de Apoio ao Associativismo	Valor
Cultural	320 921,05 €
Desportivo	693 917,05 €
Social	227 092,74 €
Sócio - Educativo	22 875,00 €
Paróquias e Conf. Vicentinas	35 000,00 €
TOTAL	1 299 805,84 €

Quadro 28: distribuição por natureza de apoio

g) Grandes Opções do Plano

A execução das Grandes Opções do Plano no ano de 2022 foi de 76,80%, conforme se dá conta no seguinte mapa, em que as rubricas GOP são agrupadas por classificação funcional:

Valores em euros

Designação	Dotação	Pago	Execução
Administração Geral	38 262 776,66 €	27 511 791,45 €	71,90%
Proteção civil e luta contra incêndios	722 800,00 €	686 981,76 €	95,04%
Educação	7 661 148,84 €	5 996 203,47 €	78,27%
Saúde	120 300,00 €	81 597,64 €	67,83%
Ação Social	2 672 532,00 €	1 787 589,46 €	66,89%
Habitação	6 321 675,00 €	4 235 581,75 €	67,00%
Proteção meio ambiente e conservação natureza	12 890 498,04 €	11 784 389,16 €	91,42%
Cultura	1 355 263,00 €	902 182,59 €	66,57%
Desporto, recreio e lazer	2 045 750,00 €	1 575 896,08 €	77,03%
Cidadania	118 122,00 €	4 562,06 €	3,86%
Património	2 679 296,00 €	2 497 402,19 €	93,21%
Juventude	280 216,53 €	269 206,21 €	96,07%
Comércio Turismo e Outras funções Económicas	2 414 488,43 €	2 223 139,06 €	92,07%
Total	77 544 866,50 €	59 556 522,88 €	76,80%

Quadro 29: Classificação funcional das GOP

O orçamento das Grandes Opções do Plano registou no ano de 2022 voltou a ter um acréscimo comparativamente aos anos anteriores, decorrentes do final da pandemia e de inclusão nas Grandes Opções do Plano de mais projetos, como se dá conta no quadro e gráfico seguintes:

Valores em euros

	2022	2021	2020	2019
Valor Orçamento GOP (executado)	59 556 522,88 €	52 600 082,49 €	31 410 335,08 €	29 314 573,72 €

Quadro 30: Evolução do GOP



Gráfico 11: Evolução GOP

Para o mencionado acréscimo contribuíram, entre outros, investimentos e atividades como:

- Aquisição de Terenos: 2.497.402,19€
- Via Estruturante Norte-Sul: 423.323,29€
- Percurso Via Nordeste: 1.835.599,14€
- Parque Urbano de São Cosme: 1.881.211,28€
- Parque Urbano da Ribeira da Archeira: 1.807.951,18€
- Parque Urbano de Fânzeres: 589.033,54€
- Promoção da Eficiência Energética em Conjuntos Habitacionais 3.659.678,50€
- Obras de Beneficiação em Edifícios Escolares: 1.664.205,65€
- Refeições Escolares: 2.003.807,22€
- Fecho do Sistema de Águas Residuais de Gramido: 2.927.656,00€
- Limpeza Urbana: 8.475.922,55€

6) Cálculo Do Endividamento Municipal

a) Cálculo da Dívida Própria e de Entidades participadas

Valores em euros

CÁLCULO DO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

Lei nº 73/2013 de 3 de Setembro (RFALEI)

Dezembro de 2022

Nº 2, artigo 52º do RFALEI

Grupo	Valor em dívida	Peso da Dívida
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	52 438 €	0,08%
Fornecedores	5 966 123 €	9,42%
Estado e Outros Entes Públicos	419 785 €	0,66%
Financiamentos obtidos	48 685 436 €	76,89%
Fornecedores de investimentos	4 820 953 €	7,61%
Adiantamentos por conta de vendas	0 €	0,00%
Outras contas a pagar	380 149 €	0,60%
TOTAL DÍVIDA MUNICÍPIO DE GONDOMAR	60 324 884 €	95,27%

Empresas Participadas - alínea c) do nº 1 do artigo 54º do RFALEI

Nota: Dados a 31 de Dezembro de 2022

% Participação	EMPRESA	Valor	Peso da Dívida
33,33%	Parque das Serras do Porto	- €	0,00%
14,31%	LIPOR Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto	2 218 792 €	3,50%
8,30%	Área Metropolitana do Porto	- €	0,00%
7,28%	Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S. A.	775 765 €	1,23%
6,29%	AdePorto - Agência de Energia do Porto	1 749 €	0,00%
	TOTAL DÍVIDA EMPRESAS PARTICIPADAS	2 996 306 €	4,73%
	DÍVIDA MUNICIPAL TOTAL - art. 52º LFL	63 321 191 €	100,00%

Quadro 31: Cálculo do endividamento municipal

À data do encerramento de contas, os elementos disponibilizados pelas entidades participadas são os acima relevados, contudo provisórios, atendendo a que, na maioria das entidades, o encerramento de contas pode ser feito até 30 de junho.

Dispõe o nº 1 do artigo 52º da LFL, quanto ao limite da dívida total do Município:

“A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.”

Assim, a receita média do Município de Gondomar, conforme dispõe o RFALEI é a seguinte:

Valores em euros

Cálculo dos limite de endividamento - nº 1, artigo 52º, RFALEI

Exercício	Receita
Receita corrente e outras receitas líquidas de 2019	73 610 473 €
Receita corrente e outras receitas líquidas de 2020	80 970 487 €
Receita corrente e outras receitas líquidas de 2021	84 649 876 €
RECEITA MÉDIA	79 743 612 €

Quadro 32: Receita média dos últimos 3 exercícios

b) Margem apurada do Endividamento Municipal

A multiplicação do coeficiente 1,5 pela média da receita corrente dá como resultado 119.615.418,00 EUR, determinando a 01 de janeiro de 2022.

Assim, os parâmetros nos termos da lei relativamente ao endividamento municipal são os seguintes resumidos no quadro abaixo:

Valores em euros

Cálculo da margem de endividamento

Valor da Dívida TOTAL a 01 de Janeiro de 2022	65 868 266 €
Valor da Dívida TOTAL a 31 de dezembro de 2022	63 321 191 €
Limite de Endividamento a 31 de dezembro de 2022	119 615 418 €
Margem Alcançada	56 294 228 €
Nível endividamento	0,79

Quadro 33: Margem de endividamento

Como vem sendo habitual no Município de Gondomar, no exercício de 2022 voltou a reduzir o endividamento, alcançando uma margem, nos termos da lei, de endividamento de 56.294.228 EUR.

c) Evolução do Endividamento

No quadro abaixo mostra-se a evolução do endividamento e a sua trajetória de redução.

Valores em euros

	2022	2021	2020	2019
Endividamento	63 321 191 €	65 868 266 €	75 950 640 €	80 026 875 €

Quadro 34: Margem de endividamento

De seguida ilustra-se graficamente esta evolução

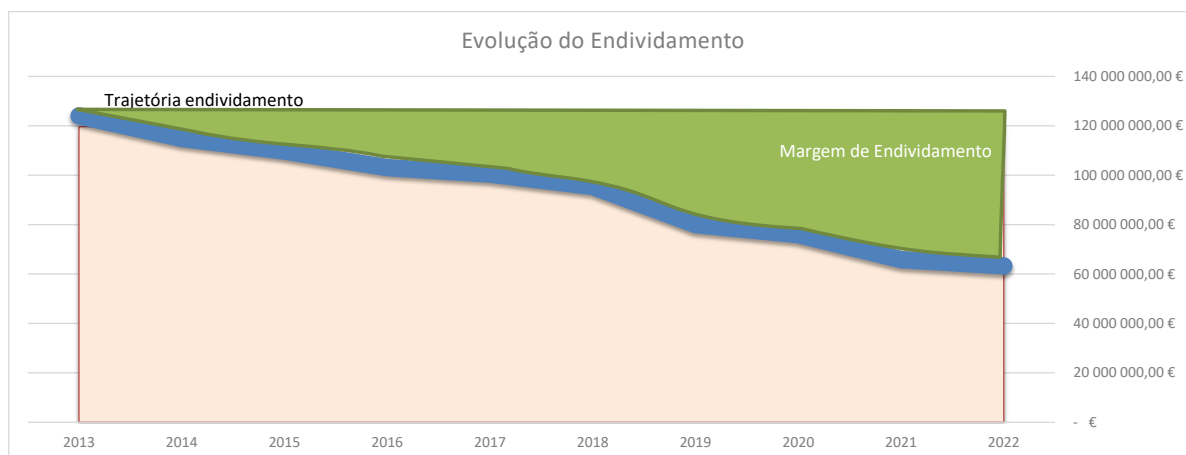


Gráfico 12: Evolução do endividamento

7) Contabilidade de Gestão

O SNC-AP impõe que os subsistemas da Administração Pública apresentem uma gestão eficiente e eficaz. O objetivo da NCP 27 é estabelecer a base para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão, definindo os requisitos para a sua estrutura e desenvolvimento e prevendo requisitos mínimos obrigatórios para o seu conteúdo e divulgação.

Reconhecendo a importância da contabilidade de gestão, no sentido de obter uma melhor informação de gestão que contribua para reforçar a otimização de recursos, o Município tem trabalhado de forma a inverter algumas das fragilidades ainda existentes e assim aperfeiçoar o apuramento de custos nesta área, no âmbito do SNC-AP, em vigor desde janeiro de 2020, nomeadamente no que se refere aos requisitos específicos do parágrafo 37 da NCP 27, que define divulgações específicas para as autarquias locais. Continua em curso o processo de adaptação às novas regras, designadamente ao nível do software de gestão utilizado no seu pleno funcionamento.

O quadro seguinte espelha a informação relevante e analítica dos gastos e rendimentos por centros de responsabilidade, ao longo do ano de 2022.

Ressalvamos que a contabilidade de gestão se encontra numa fase de implementação e melhoria das aplicações informáticas associadas, pelo que a comparabilidade com outras Demonstrações Financeiras poderá ficar prejudicada.

Valores em euros

CENTRO DE RESPONSABILIDADE	RESULTADO
Assembleia Municipal	- 2 342,37 €
Gastos	- 2 342,37 €
Operações Financeiras	- 709 804,55 €
Gastos	- 709 804,55 €
Órgãos Autárquicos e Administração Geral	557 811,49 €
Gastos	- 10 347 648,25 €
Rendimentos	10 905 459,74 €
	- €
Proteção Civil, Segurança e Fiscalização	- 872 332,58 €
Gastos	- 1 025 904,77 €
Rendimentos	153 572,19 €
Planeamento e Desenvolvimento Estratégico	- 36 600,36 €
Gastos	- 36 600,36 €
	- €
Modernização e Atendimento	1 112 410,26 €
Gastos	- 31 028,17 €
Rendimentos	1 143 438,43 €
Cidadania e Participação	- 19 915,84 €
Gastos	- 19 915,84 €
Recursos Humanos	- 31 383 862,46 €
Gastos	- 31 383 862,46 €
Rendimentos	- €
Financeiro, Contabilidade e Património	40 661 669,69 €
Gastos	- 10 075 396,39 €
Rendimentos	50 737 066,08 €
Aquisições e Contratação Pública	- 203,65 €
Gastos	- 5 226,15 €
Rendimentos	5 022,50 €
Tecnologias de Informação	- 810 005,02 €
Gastos	- 810 005,02 €
Jurídico	- 600 423,85 €
Gastos	- 675 901,06 €
Rendimentos	75 477,21 €
	- €
Protocolo	- 26 533,67 €
Gastos	- 26 533,67 €

CENTRO DE RESPONSABILIDADE	RESULTADO
Oficinas e Parque Automóvel	- 1 009 452,96 €
Gastos	- 1 009 452,96 €
Obras Municipais	- 3 811 221,95 €
Gastos	- 3 845 791,73 €
Rendimentos	34 569,78 €
Mobilidade	- 118 928,20 €
Gastos	- 118 928,20 €
Coesão Social	10 135 361,97 €
Gastos	- 2 370 259,21 €
Rendimentos	12 505 621,18 €
	- €
Cultura	- 1 106 115,13 €
Gastos	- 1 117 244,08 €
Rendimentos	11 128,95 €
Urbanismo	3 312 417,94 €
Gastos	430 633,67 €
Rendimentos	2 881 784,27 €
	- €
Educação, Formação e Emprego	9 051 476,88 €
Gastos	- 6 408 009,81 €
Rendimentos	15 459 486,69 €
	- €
Desenvolvimento Económico e Turismo	- 1 069 975,15 €
Gastos	- 1 117 311,27 €
Rendimentos	47 336,12 €
	- €
Espaços Públicos e Dinamização	- 445 019,28 €
Gastos	- 606 594,09 €
Rendimentos	161 574,81 €
	- €
Proteção Meio Ambiente, Florestas e Rec. Naturais	- 3 313 484,15 €
Gastos	- 10 106 221,33 €
Rendimentos	6 792 737,18 €
	- €
Desporto e Gestão de Equipamentos	- 3 450 311,58 €
Gastos	- 4 204 629,08 €
Rendimentos	754 317,50 €
Juventude e Tempos Livres	- 337 238,38 €
Gastos	- 340 641,05 €
Rendimentos	3 402,67 €
RESULTADO	15 707 377,10 €

Quadro 35: Contabilidade de Gestão

8) Análise Económico-Financeira

a) Demonstrações Financeiras

O Município encontra-se a aplicar o SNC-AP desde 1 de janeiro de 2020. É comum realizar comparações entre os exercícios de 2022 e 2021, evitando-se, contudo, comparações com o normativo anterior (POCAL) uma vez que podem existir distorções motivadas das alterações das políticas contabilísticas.

O relato financeiro das entidades públicas, no âmbito do SNC-AP, visa permitir uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e das respetivas alterações, permitir o controlo financeiro, de legalidade, de economia, de eficiência e de eficácia dos gastos públicos e proporcionar informação útil para efeitos de tomada de decisões de gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP).

i. Balanço

O Município elaborou o balanço e as restantes demonstrações financeiras com base no pressuposto da continuidade das operações e registos contabilísticos e, de acordo com o normativo contabilístico SNC-AP, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

ANÁLISE DO ATIVO

Valores em euros

Rubricas	Ano 2022	Peso 2022 %	Ano 2021	Peso 2021 %	Evolução 21-22
Ativos fixos tangíveis	368 192 467 €	96,89%	348 689 359 €	96,66%	5,30%
Propriedades de investimento	264 080 €	0,07%	264 080 €	0,07%	0,00%
Ativos intangíveis	295 654 €	0,08%	296 707 €	0,08%	-0,36%
Participações financeiras	9 229 496 €	2,43%	9 229 496 €	2,56%	0,00%
Outras contas a receber	2 027 543 €	0,53%	2 266 674 €	0,63%	-11,79%
Ativo não corrente	380 009 238 €	100,00%	360 746 316 €	100,00%	5,07%
Clientes, contribuintes e utentes	2 615 265 €	5,26%	1 465 662 €	2,61%	43,96%
Estado e outros entes públicos	- €	0,00%	14 216 €	0,03%	-
Outras contas a receber	36 146 551 €	72,76%	37 371 723 €	66,61%	-3,39%
Diferimentos	182 735 €	0,37%	142 318 €	0,25%	22,12%
Caixa e depósitos	10 736 312 €	21,61%	17 110 765 €	30,50%	-59,37%
Ativo corrente	49 680 864 €	100,00%	56 104 684 €	100,00%	-12,93%
TOTAL	429 690 102 €		416 851 000 €		2,99%

Quadro 36: Rubricas do Ativo

Verifica-se que, no ano de 2022, houve um crescimento de 2,99 % do Ativo, evidenciando-se o enorme peso que os ativos fixos tangíveis possuem na composição do ativo total do Município.

A rubrica Clientes, contribuintes e utentes teve um crescimento de 43,96 % derivada essencialmente a faturas emitidas e não cobradas da área do Urbanismo.

O crescimento da rubrica Diferimentos refere-se essencialmente à especialização dos seguros a pagar em 2023.

O decréscimo, no Ativo, da rubrica Estado e Outros entes públicos, refere-se ao crédito existente referente a IVA que foi consumido durante o ano 2022.

ANÁLISE DO PASSIVO

Valores em euros

Rubricas	Ano 2022	Peso 2022 %	Ano 2021	Peso 2021 %	Evolução 2022-2021
Provisões	1 604 868 €	3,20%	5 117 672 €	8,79%	-218,88%
Financiamentos obtidos	42 999 071 €	85,74%	48 278 051 €	82,88%	-12,28%
Outras contas a pagar	5 545 186 €	11,06%	4 857 315 €	8,34%	12,40%
Passivo não corrente	50 149 125 €	100,00%	58 253 038 €	100,00%	-16,16%
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	52 438 €	0,14%	87 651 €	0,30%	-67,15%
Fornecedores	5 966 123 €	15,65%	4 354 049 €	14,89%	27,02%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	- €	0,00%	- €	0,00%	0,00%
Estado e outros entes públicos	419 785 €	1,10%	407 475 €	1,39%	2,93%
Financiamentos obtidos	5 686 366 €	14,92%	6 772 000 €	23,16%	-19,09%
Fornecedores de investimentos	4 820 953 €	12,65%	1 427 927 €	4,88%	70,38%
Outras contas a pagar	5 909 190 €	15,50%	6 051 085 €	20,69%	-2,40%
Diferimentos	15 258 387 €	40,03%	10 143 598 €	34,69%	33,52%
Passivo corrente	38 113 242 €	100,00%	29 243 784 €	100,00%	23,27%
TOTAL	88 262 367 €		87 496 822 €		0,87%

Quadro 37: Rubricas do Passivo

Na análise do passivo convém realçar que as componentes Financiamento Obtidos existentes tanto no Passivo Não Corrente (médio e longo prazo) como no Passivo Corrente (curto prazo) se referem aos mesmos financiamentos, apenas se distinguindo os montantes que vão ser cobrados em 2023 mencionados no Passivo Corrente.

O crescimento de 12,40 % na componente Outras Contas a Pagar, existente no passivo não corrente, referem-se essencialmente a cauções retidas a fornecedores de imobilizado (empreitadas) nos

termos do Código dos Contratos Públicos, aquando do pagamento dos respetivos Autos de Mediação.

A diminuição da rubrica de Provisões refere-se essencialmente à extinção de um processo judicial com a “Cooperativa de Habitação O Problema da Habitação, CRL”.

ANÁLISE DO FUNDO PATRIMONIAL

Valores em euros

Rubricas	Ano 2022	Peso 2022 %	Ano 2021	Peso 2021 %	Evolução 2022-2021
Património/Capital	183 546 241 €	53,76%	182 921 451 €	55,54%	0,34%
Reservas	3 199 898 €	0,94%	2 543 994 €	0,77%	20,50%
Resultados transitados	48 410 713 €	14,18%	41 697 760 €	12,66%	13,87%
Outras variações no Património Líquido	90 563 507 €	26,52%	89 072 893 €	27,04%	1,65%
Resultado líquido do período	15 707 377 €	4,60%	13 118 081 €	3,98%	16,48%
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	341 427 735 €	100,00%	329 354 179 €	100,00%	3,54%

Quadro 38: Rubricas do Património Líquido

Na análise deste quadro, poderemos distinguir as rubricas Reservas, Resultados Transitados e Resultado Líquido do Exercício que tiveram crescimento referente aos resultados económicos, tanto de 2021 como de 2022.

A componente referida como Outras Variações do Património líquido contempla, essencialmente, o valor referente a subsídios ao investimento ligados a bens do ativo fixo, registados no Património Municipal.

Estes montantes são amortizados ao mesmo ritmo que o valor das depreciações do respetivo bem e o seu montante é considerado proveito do exercício em cada ano.

O mapa dos subsídios ao investimento existentes é o que a seguir se discrimina nos vários projetos a que o Município se candidatou.

MAPA DOS SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO

Valores em euros

Descrição	Comp. recebida 2022	TOTAL Programa	Proveito 2022	Amortizações Acumuladas	Total Líquido
Biblioteca Municipal	- €	1 154 454,00 €	32 093,82 €	419 528,56 €	734 925,44 €
Programa POLIS	- €	8 918 484,30 €	524 406,88 €	4 587 668,32 €	4 330 815,98 €
Programa PER	- €	869 131,67 €	24 161,86 €	323 025,60 €	546 106,07 €
Programa Pro-Habita	- €	7 590 123,80 €	203 043,88 €	2 370 573,40 €	5 219 550,40 €
URBAN II	- €	2 736 502,78 €	111 362,59 €	1 432 601,46 €	1 303 901,32 €
ON- Operação Norte	- €	5 936 935,19 €	120 238,06 €	2 908 626,44 €	3 028 308,75 €
POA Programa Operacional do Ambiente	- €	787 616,98 €	39 380,85 €	397 090,23 €	390 526,75 €
Habitação Social D.L. 226/87	- €	1 352 485,60 €	38 743,34 €	482 333,96 €	870 151,64 €
QREN	- €	23 359 357,82 €	661 050,65 €	6 228 500,49 €	17 130 857,33 €
Requalificação Rede Escolar - DREN	- €	11 667 825,13 €	277 694,24 €	1 836 277,26 €	9 831 547,87 €
Alargamento da Rede Pré-Escolar - DREN	- €	671 635,34 €	12 932,91 €	142 338,11 €	529 297,23 €
Regulação da Iluminação pública	- €	700 000,00 €	4 375,00 €	700 000,00 €	- €
Eficiência Energética nas Piscinas Municipais	- €	963 343,44 €	32 768,15 €	366 717,81 €	596 625,63 €
Portugal 2020	6 885 888,84 €	23 342 082,44 €	279 587,11 €	2 751 949,28 €	20 590 133,16 €
OVERBOOKING	- €	4 155 897,71 €	106 911,86 €	3 006 555,94 €	1 149 341,77 €
Quartel GNR da Lixa		964 625,51 €	19 292,51 €	19 292,51 €	945 333,00 €
	6 885 888,84 €	95 170 501,71 €	2 488 043,71 €	27 973 079,36 €	67 197 422,35 €

Quadro 39: Subsídios ao investimento

Neste quadro, destaca-se apenas a obra referente ao Quartel GNR da Lixa que, é o único componente que não foi financiado por fundos Comunitários, mas, pelo Ministério da Administração Interna.

ii. Demonstração de resultados por natureza

No próximo quadro far-se-á uma análise dos Rendimentos durante o ano de 2022

Valores em euros

Rendimentos	Ano 2022	Peso 2022 %	Ano 2021	Peso 2021 %	Variação 2021-2022
Impostos, contribuições e taxas	40 563 145 €	39,96%	38 367 783 €	42,08%	5,41%
Vendas	44 489 €	0,04%	1 445 €	0,00%	96,75%
Prestações de serviços e concessões	18 534 531 €	18,26%	17 600 273 €	19,30%	5,04%
Transferências e subsídios correntes obtidos	35 825 374 €	35,30%	32 428 804 €	35,57%	9,48%
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas	- €	0,00%	- €	0,00%	0,00%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	143 629 €	0,14%	- €	0,00%	100,00%
Provisões (aumentos/reduções)	3 512 803 €	3,46%	56 277 €	0,06%	98,40%
Outros rendimentos	2 799 290 €	2,76%	2 643 095 €	2,90%	5,58%
Juros e rendimentos similares obtidos	74 761 €	0,07%	81 158 €	0,09%	-8,56%
	101 498 022 €	100,00%	91 178 836 €	100,00%	10,17%

Quadro 40: Rubricas de rendimentos

Existiu durante o ano de 2022, um crescimento de 10,17 % dos rendimentos.

O crescimento relativo a Impostos, Contribuições e Taxas teve o forte impulso sobretudo através do Imposto Municipal sobre Transações, como já foi analisado no capítulo referente à análise orçamental.

O crescimento da rubrica Vendas, apesar de materialmente inexpressivo refere-se essencialmente às vendas de sucata em lotes alienados em Hasta Pública.

Há a destacar ainda o resultado das provisões, principalmente para processos judiciais em curso, no qual se deixou de provisionar um valor referente a um processo cujo autor era a “Cooperativa O Problema da Habitação, CRL”, sendo que a ação foi declarada completamente improcedente.

No quadro seguinte faz-se uma análise dos gastos efetuados durante o ano de 2022:

Valores em euros

Gastos	Ano 2022	Peso 2022 %	Ano 2021	Peso 2021 %	Varição 2022-2021
Fornecimentos e serviços externos	26 255 575 €	30,60%	25 016 568 €	32,05%	4,72%
Gastos com pessoal	31 383 862 €	36,58%	29 023 610 €	37,18%	7,52%
Transferências e subsídios concedidos	12 661 886 €	14,76%	9 858 926 €	12,63%	22,14%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	- €	0,00%	546 297 €	0,70%	
Outros gastos	3 715 750 €	4,33%	2 000 366 €	2,56%	46,17%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	10 858 569 €	12,66%	11 071 606 €	14,18%	-1,96%
Juros e gastos similares suportados	915 003 €	1,07%	543 381 €	0,70%	40,61%
	85 790 645 €	100,00%	78 060 754 €	100,00%	9,01%

Quadro 41: Rubricas de gastos

Da análise deste quadro poder-se-á destacar:

- O crescimento das rubricas de Gastos com pessoal referente a atualizações salariais, progressões e recrutamentos, já mencionado anteriormente.
- O crescimento da rubrica de Transferências e subsídios concedidos derivado essencialmente às transferências de competências na área de ação social.
- Na rubrica Juros e gastos similares já se verifica a repercussão do aumento da taxa Euribor, no entanto o efeito maior está a ser verificado durante o ano de 2023.

b) Indicadores Económico-Financeiros

Os indicadores de gestão transmitem uma visão global da situação das finanças da edilidade. No entanto, em termos de comparabilidade, considerando a especificidade de cada Município, nomeadamente a forma como se organiza, para dar cumprimento às suas atribuições e competências, não é possível a equiparação de realidades autárquicas diferentes.

Solvabilidade

Este rácio permite conhecer a capacidade do Município em dissolver os seus compromissos de médio/longo prazo.

Este indicador é calculado através da divisão entre Fundos Próprios e Passivo.

O seu valor deve ser superior a 50% para que haja boa solvabilidade, não devendo ser inferior a 35%.

O rácio de Solvabilidade do Município de Gondomar apresenta o valor de 386,83 %, no que se pode concluir que é um bom indicador, uma vez que significa que o valor do património é suficiente para cobrir todas as dívidas da autarquia.

Este indicador tem vindo a subir ao longo dos últimos exercícios, conforme se comprova pelo quadro e gráfico abaixo:

Índice de solvabilidade	2022	2021	2020	2019	2018
Património Líquido / Passivo	386,83%	376,42%	330,71%	312,53%	119,28%

Quadro 42: Índice de solvabilidade

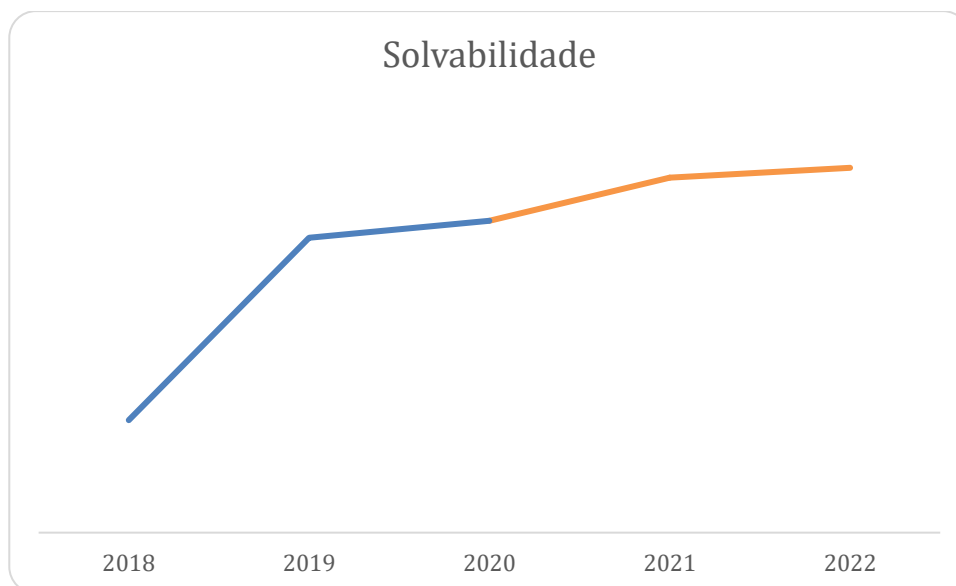


Gráfico 13: Índice de solvabilidade

— Alteração de política contabilística

Liquidez Geral

O Índice de Liquidez Geral representa a capacidade que a autarquia tem de dissolver os seus compromissos de curto prazo e é calculado através da divisão entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante, pelo que o seu valor deve ser superior a 1.

O valor encontrado foi de 130,35 % o que significa que os seus direitos de curto prazo são mais do que suficientes para os seus passivos de curto prazo.

Aqui convém realçar a alteração da política contabilística, onde são contabilizados o valor total referente ao IMI, Participação no IRS e no IVA que até à entrada em vigor do SNC-AP, não eram contabilizados

Liquidez Geral	2022	2021	2020	2019	2018
Ativo Corrente / Passivo Corrente	130,35%	191,85%	219,88%	81,71%	70,26%

Quadro 43: Índice de liquidez geral

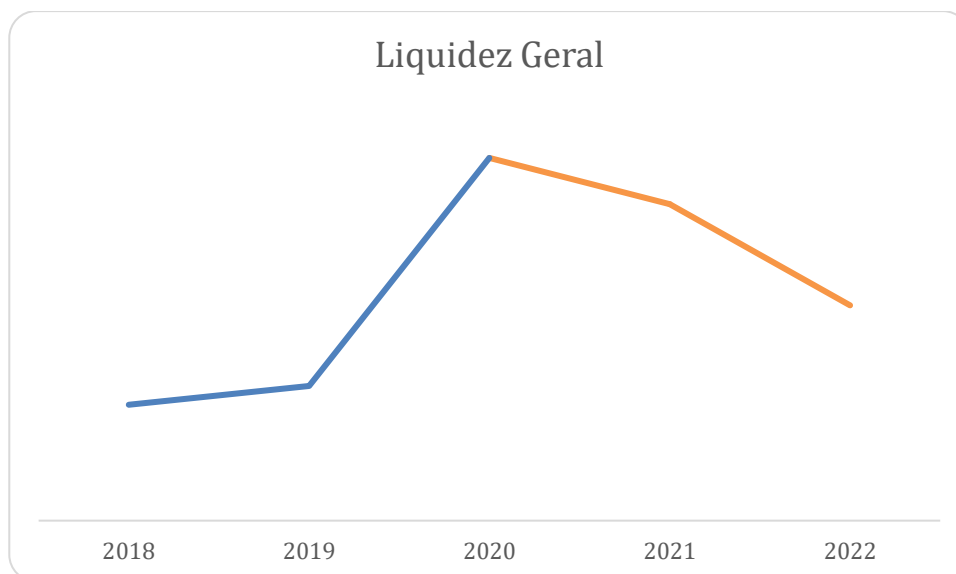


Gráfico 14: Índice de liquidez geral

— Alteração de política contabilística

Autonomia Financeira

Este rácio determina a dependência do Município face aos capitais alheios.

É calculado através da divisão dos Fundos Próprios com o Ativo Total Líquido e não deverá ter um percentual inferior a 35%.

O valor máximo de 100% representa a situação em que o Ativo Líquido é totalmente financiado por capitais próprios, não existindo qualquer dívida a pagar.

O grau de Autonomia Financeira do Município de Gondomar está fixado em 79,46 %, o que representa alguma dependência de capitais alheios, mas há semelhança dos outros indicadores, também regista uma evolução positiva nos últimos anos.

Autonomia Financeira	2022	2021	2020	2019	2018
Património Líquido / Ativo Líquido	79,46%	79,01%	76,78%	75,76%	54,40%

Quadro 44: Grau de autonomia financeira

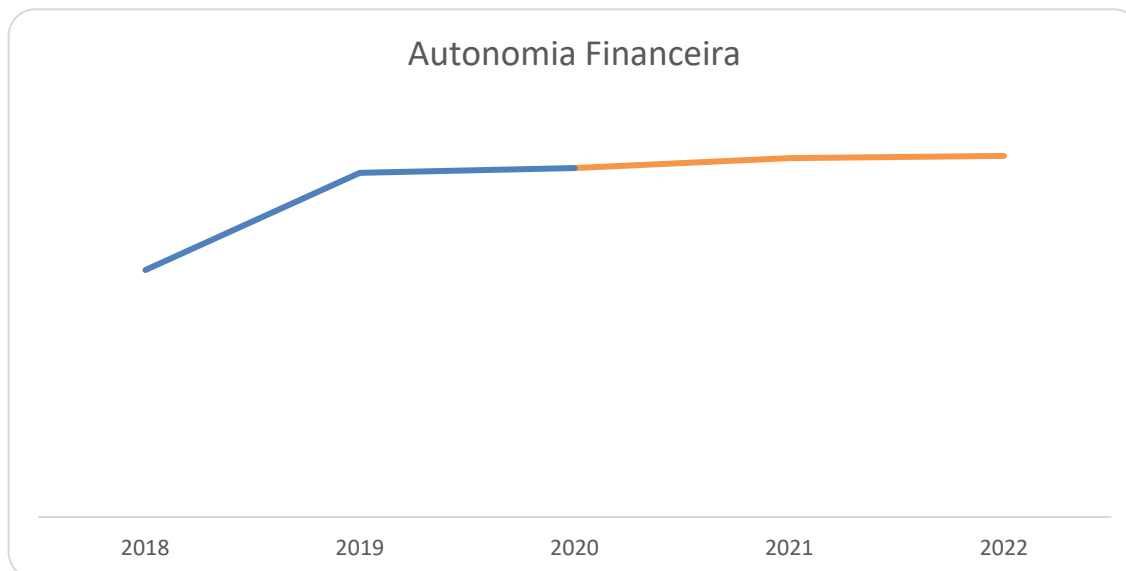


Gráfico 15: Grau de Autonomia Financeira

Estrutura

Este indicador avalia se o elemento principal da organização é o capital próprio (fundos próprios) ou o passivo de médio e longo prazo.

Este indicador deve ser inferior a 1, situação que revela um que a organização possui fundos próprios suficientes para comportar o passivo de médio e longo prazo.

Como se verifica este indicador apresenta um resultado de 14,69 % e continua com uma curva favorável ao longo dos últimos exercícios, na medida em que não foi contraída mais nenhuma dívida de médio e longo prazo.

Estrutura	2022	2021	2020	2019	2018
Passivo não Corrente / Património Líquido	14,69%	17,69%	21,58%	24,60%	75,97%

Quadro 45: Grau de autonomia financeira

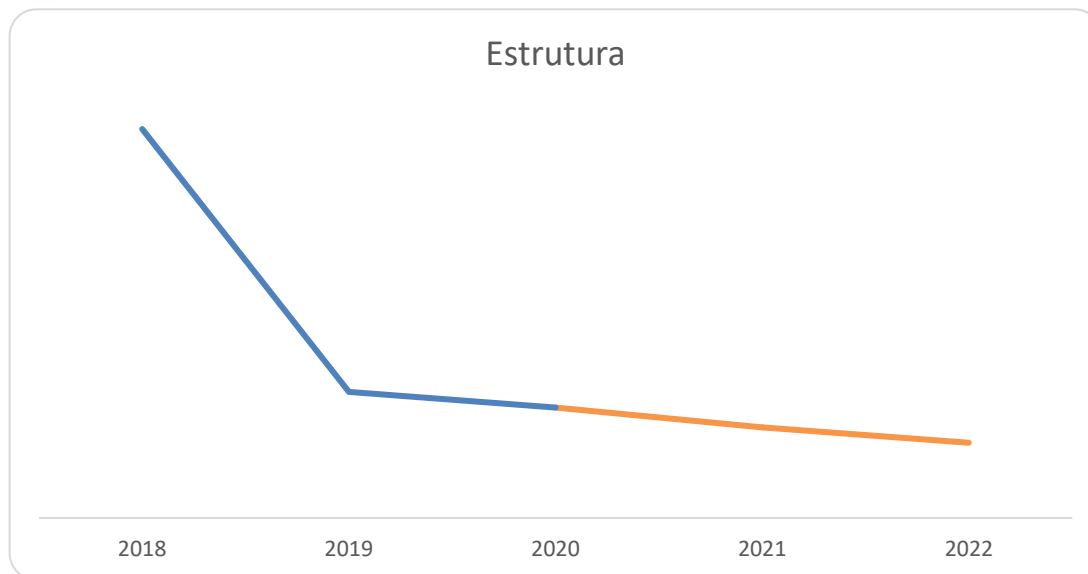


Gráfico 16: Índice de Estrutura

— Alteração de política contabilística

Endividamento Total

Este indicador permite verificar qual o grau de dependência do Município face a capitais alheios.

O normal é que o índice esteja entre 0 e 100%, sendo que quanto maior o índice maior o nível de endividamento.

Ao longo dos últimos exercícios verifica-se uma tendência de descida, situando-se agora o passivo do Município num nível de 20,54 % face ao seu Ativo Total.

Endividamento Total	2022	2021	2020	2019	2018
Passivo Total /Ativo Total	20,54%	21,00%	23,22%	24,24%	45,60%

Quadro 46: Índice de Endividamento Total

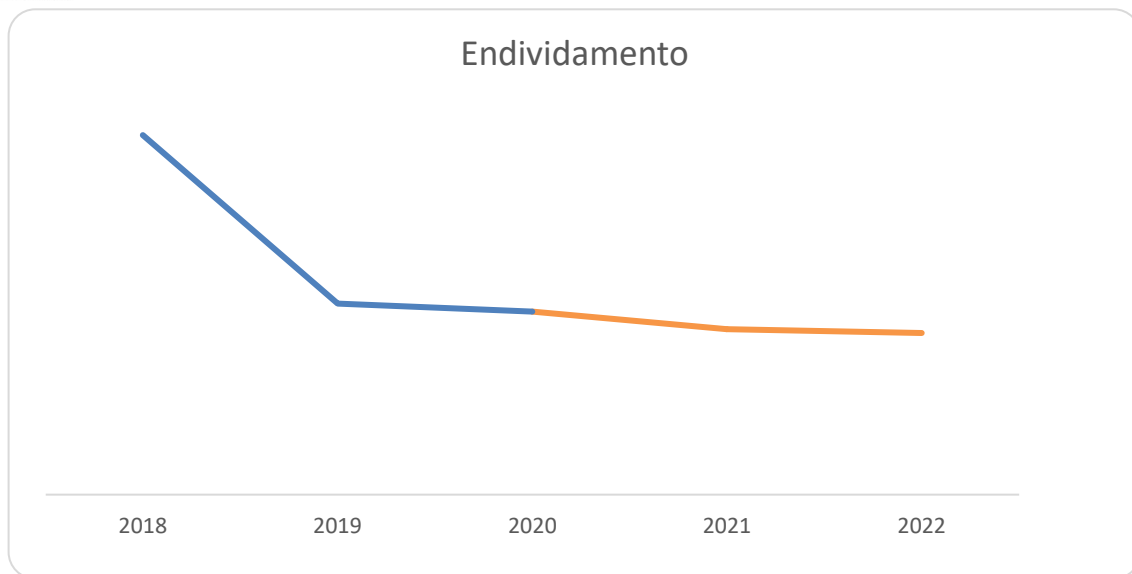


Gráfico 17: Índice de endividamento total

— Alteração de política contabilística

9) *Proposta de Aplicação de Resultados*

Estabelece o Ponto 4.1 da Instrução nº1/2019 do Tribunal de Contas o seguinte:

«A ata da reunião de aprovação das contas elo órgão competente, a apresentar pelas entidades que aplicam o SNC-AP, deverá identificar os factos mais importantes constantes dos documentos de prestações de contas, abrangendo, de acordo com as situações aplicáveis».

Nestes termos, apresentam-se os seguintes elementos:

Balanço

- Total do ativo: 429.690.102,29 EUR
- Total do património líquido/ capital próprio/ fundo social: 341.427.735,33 EUR
- Total passivo: 88.262.366,96 EUR

Demonstração de Resultados (DR)

- Total de Rendimentos: 101.498.021,73 € EUR
- Total de Gastos: 85.790.644,59 EUR

Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC)

- Total de Recebimentos: 103.542.582,06 EUR
- Total de Pagamentos: 110.367.184,93 EUR

Desempenho orçamental (DDORC)

- Total de Recebimentos: 113.258.053,77 EUR
- Total de Pagamentos: 109.214.528,13 EUR

Saldos iniciais e finais do desempenho orçamental

- Saldo inicial de operações orçamentais: 11.473.851,97 EUR

- Saldo final de operações orçamentais: 4.043.252,64 EUR
- Saldo inicial de operações de tesouraria: 5.636.912,71 EUR
- Saldo final de operações de tesouraria: 6.692.636,17 EUR

Tendo em conta o Resultado Líquido do Exercício de 2022, evidenciado na Demonstração dos Resultados por Natureza, o qual é positivo no montante de 15.707.377,14 EUR, propõe-se, assim, a seguinte aplicação de resultados:

Que sejam constituídas reservas legais no montante de 785 368,86 EUR correspondente a 5% do resultado líquido;

O restante valor, 14.922.008,28 EUR, seja transferido para a conta 561 – Resultados Transitados de Períodos Anteriores.

10) Demonstrações Financeiras

a) Balanço

Município de Gondomar			
Balanço em 31 de Dezembro de 2022		Valores em €	
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2022	31/12/2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5, 9	368 192 466,53	348 689 358,50
Propriedades de investimento	8, 9	264 080,00	264 080,00
Ativos intangíveis	3,9	295 653,58	296 707,17
Ativos biológicos			
Participações financeiras		9 229 495,86	9 229 495,86
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Acionistas/sócios/associados			
Diferimentos			
Outros ativos financeiros			
Ativos por impostos diferidos			
Clientes, contribuintes e utentes			
Outras contas a receber		2 027 542,52	2 266 674,28
		380 009 238,49	360 746 315,81
Ativo corrente			
Inventários			
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis			
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes		2 615 265,25	1 465 662,25
Estado e outros entes públicos			14 216,42
Acionistas/sócios/associados			
Outras contas a receber		36 146 551,32	37 371 723,23
Diferimentos		182 735,42	142 317,84
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos	1	10 736 311,81	17 110 764,68
		49 680 863,80	56 104 684,42
Total do Ativo		429 690 102,29	416 851 000,23
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital		183 546 240,77	182 921 450,47
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas		3 199 897,64	2 543 993,57
Resultados transitados		48 410 713,26	41 697 759,62
Ajustamentos em ativos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no Património Líquido		90 563 506,52	89 072 893,04
Resultado líquido do período		15 707 377,14	13 118 081,46
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
Total do Património Líquido		341 427 735,33	329 354 178,16

Município de Gondomar			
Balanco em 31 de Dezembro de 2022			Valores em €
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2022	31/12/2021
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	1 604 868,47	5 117 671,88
Financiamentos obtidos	7	42 999 070,65	48 278 050,58
Fornecedores de investimentos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Diferimentos			
Passivos por impostos diferidos			
Fornecedores			
Outras contas a pagar		5 545 186,04	4 857 315,30
		50 149 125,16	58 253 037,76
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos		52 437,70	87 651,01
Fornecedores		5 966 122,52	4 354 049,04
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos		419 785,37	407 475,18
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos	7	5 686 365,73	6 772 000,00
Fornecedores de investimentos		4 820 953,49	1 427 926,66
Outras contas a pagar		5 909 190,10	6 051 084,78
Diferimentos		15 258 386,89	10 143 597,64
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
		38 113 241,80	29 243 784,31
Total do Passivo		88 262 366,96	87 496 822,07
Total do Património Líquido e Passivo		429 690 102,29	416 851 000,23

b) Demonstração de Resultados

Município de Gondomar			
Demonstração de resultados por naturezas do período findo em 31 de Dezembro de 2022			Valores em €
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2022	31/12/2021
Impostos, contribuições e taxas	13, 14	40 563 145,09	38 367 782,71
Vendas	13	44 489,09	1 445,25
Prestações de serviços e concessões	13	18 534 530,84	17 600 273,29
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empre	13		
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	35 825 374,08	32 428 803,96
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários t			
Fornecimentos e serviços externos		-26 255 574,90	-25 016 567,95
Gastos com pessoal		-31 383 862,46	-29 023 609,93
Transferências e subsídios concedidos		-12 661 885,59	-9 858 926,33
Prestações sociais			
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		143 628,89	-546 296,94
Provisões (aumentos/reduções)		3 512 803,41	56 277,01
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	14	2 799 289,78	2 643 095,39
Outros gastos		-3 715 749,66	-2 000 366,20
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		27 406 188,57	24 651 910,26
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-10 858 568,56	-11 071 605,84
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		16 547 620,01	13 580 304,42
Juros e rendimentos similares obtidos	13	74 760,55	81 158,04
Juros e gastos similares suportados		-915 003,42	-543 381,00
Resultado antes de impostos		15 707 377,14	13 118 081,46
Imposto sobre o rendimento			
Resultado líquido do período		15 707 377,14	13 118 081,46
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe			
Interesses que não controlam		15 707 377,14	13 118 081,46

c) Demonstração das alterações no património Líquido

Município de Gondomar

Anual 2022 (Período 14)

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Descrição	Notas	Capital / Património Subscrito	Ações (quotas) Próprias	Outros Instrum. De Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Resultados Translados	Ajustamentos em Alvos Financeiros	Excedentes de Reavaliação	Outras Variações Património Líquido	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Património Líquido
Posição no início do período	(1)	182 921 450,47 €	- €	- €	- €	- €	41 697 759,62 €	- €	- €	89 072 893,04 €	13 118 081,46 €	329 354 178,16 €	- €	329 354 178,16 €
Alterações no período														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Alterações de políticas contabilísticas		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Realização do excedente de revalorização		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Excedentes de revalorização e respetivas variações		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Transferências e subsídios de capital		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Correção de erros materiais		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	(2)	- €	- €	- €	- €	- €	161 951,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	(3)	- €	- €	- €	- €	- €	12 462 177,39 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	(4)-(2)-(3)	- €	- €	- €	- €	- €	6 712 954,04 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Resultado Líquido do Período		- €	- €	- €	- €	- €	6 712 954,04 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Resultado Integral		- €	- €	- €	- €	- €	6 712 954,04 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Operações com detentores de capital no período		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Realizações de capital/património		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Entradas para cobertura de perdas		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outras operações		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Subscrições de prémios de emissão	(5)	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	(6)-(1)-(2)-(3)-(4)-(5)	- €	- €	- €	- €	- €	48 110 715,66 €	- €	- €	90 563 506,52 €	15 707 377,14 €	341 427 735,33 €	- €	341 427 735,33 €
Posição fim período		183 546 240,77 €	- €	- €	- €	- €	48 110 715,66 €	- €	- €	90 563 506,52 €	15 707 377,14 €	341 427 735,33 €	- €	341 427 735,33 €



GONDOMAR
e Ouro

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

d) Demonstração dos Fluxos de Caixa

Município de Gondomar			
Demonstração dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de Dezembro de 2022			Valores em €
Rubricas	Notas	Períodos	
		31/12/2022	31/12/2021
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		12 789 761,96	10 629 990,04
Recebimentos de contribuintes		34 377 718,95	32 656 725,41
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		38 994 482,90	35 544 366,37
Recebimentos de utentes		211 068,18	
Pagamentos a fornecedores		-27 945 084,31	-24 987 473,93
Pagamentos ao pessoal		-24 319 414,68	-21 463 616,85
Pagamentos a contribuintes / Utes			
Pagamentos de transferências e subsídios		-13 055 395,10	-10 181 911,52
Pagamentos de prestações sociais		-6 823 138,39	-5 568 282,07
Caixa gerada pelas operações		14 229 999,51	16 629 797,45
Recebimento do imposto sobre o rendimento			
Pagamento do imposto sobre o rendimento		5 409 883,75	5 676 494,02
Outros recebimentos		-11 866 477,93	-4 526 199,05
Outros pagamentos			
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		7 773 405,33	17 780 092,42
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-18 626 163,02	-13 635 918,68
Ativos intangíveis		-362 508,81	-514 590,95
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			-11 942 745,16
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			61 407,00
Ativos intangíveis			
Propriedades de investimento		3 150 198,93	2 491 005,92
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento		6 885 888,84	341 938,60
Transferências de capital		1 648 818,00	8 365 139,50
Juros e rendimentos similares		500,00	625,00
Dividendos		74 260,55	80 533,04
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-7 229 005,51	-14 752 605,73
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-6 173 808,17	-6 358 179,56
Juros e gastos similares		-745 194,52	-1 063 431,01
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-6 919 002,69	-7 421 610,57
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)			
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período			
Caixa e seus equivalentes no fim do período			
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período			
- Equivalentes a caixa no início do período		17 110 764,68	21 504 888,56
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		-2 771 282,57	-2 197 451,09
- Variações cambiais de caixa no início do período		2 771 282,57	2 197 451,09
= Saldo da gerência anterior			
De execução orçamental		17 110 764,68	21 504 888,56
		11 473 851,97	16 897 119,36



Município de Gondomar			
Demonstração dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de Dezembro de 2022			Valores em €
Rubricas	Notas	Períodos	
		31/12/2022	31/12/2021
De operações de tesouraria		5 636 912,71	4 607 769,20
Caixa e seus equivalentes no fim do período		10 736 311,81	17 110 764,68
- Equivalentes a caixa no fim do período		-3 607 460,53	-2 771 282,57
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		3 607 460,53	2 771 282,57
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo para a gerência seguinte		10 736 311,81	17 110 764,68
De execução orçamental		4 043 525,64	11 473 851,97
De operações de tesouraria		6 692 636,17	5 636 912,71

e) Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Procurando dar cumprimento ao disposto no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, designadamente no que se refere à Norma de Contabilidade Pública 1, resumem-se nas notas seguintes as políticas contabilísticas significativas, assim como outras notas explicativas e esclarecedoras de alguns aspetos relevantes para uma melhor compreensão da conta apresentada para o período de relato.

As notas relativamente às quais se considere não haver informação que justifique a sua divulgação ou que não sejam significativas para a compreensão das demonstrações financeiras, não serão apresentadas.

f) Nota 0 | ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DO SNC-AP – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA

O Município de Gondomar aplicou a prerrogativa do período mais alargado de transição para um conjunto de situações, descritas no Relatório e Contas de 2021, entre as quais, as relacionadas com a aplicação das alterações de reconhecimento e de mensuração dos Ativos Fixos Tangíveis, alterações estas que resultam da aplicação da NCP 5 – Ativos Fixos Tangíveis, e do previsto nas notas de enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional, publicado pela Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho, segundo o qual o cadastro e vida útil dos imóveis (edifícios e outras construções) devem ser atualizados face às disposições do SNC-AP, isto é, de acordo com o que se encontra previsto no Classificador Complementar n.º 2 – Cadastro e Vidas Úteis dos Ativos Fixos Tangíveis, Intangíveis e Propriedades de Investimento, que consta do capítulo 7 do Anexo III ao SNC-AP.

No exercício de 2022, foram efetuados ajustamentos relacionados com esta matéria e que são apresentados nesta nota.

Para além dos ajustamentos referidos, existem matérias cuja concretização ainda não se encontra integralmente implementada, nomeadamente:

Aplicação da NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços:

Concedente, no que respeita aos contratos de concessão celebrados entre o Município de Gondomar e a “E-Redes - Distribuição de Eletricidade, SA.”; a “Águas de Gondomar, SA”, por dificuldade de

acesso a informação acerca do valor dos ativos e dos passivos a reconhecer e que dependem de informação das próprias concessionárias;

Aplicação da NCP 25 – Relato por Segmentos, pelo facto de ainda não se encontrar adequadamente implementado o sistema de informação que proporcione informação fiável relativamente aos segmentos, situação que resulta igualmente do processo de implementação da Contabilidade de Gestão (NCP 27) cuja implementação integral se encontra em curso.

Os ajustamentos de transição para o SNC-AP efetuados no exercício de 2022 foram os expressos na tabela seguinte:

Município de Gondomar				
Rubricas do Balanço	Valores em 31/12/2021	Reconhe- cimento	Desreco- nhcimento	Valores em 01/01/2022 (10) = (2) + ... + (4)
(1)	(2)	(3)	(4)	(2) + ... + (4)
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	348 689 358,50	1 593 052,70	- 7 180 325,05	343 102 086,15
Propriedades de investimento	264 080,00	-	-	264 080,00
Ativos intangíveis	296 707,17	-	-	296 707,17
Participações financeiras	9 229 495,86	-	-	9 229 495,86
Outras contas a receber	2 266 674,28	-	-	2 266 674,28
Sub-total	360 746 315,81	1 593 052,70	- 7 180 325,05	355 159 043,46
Ativo corrente				
Cientes, contribuintes e utentes	1 465 662,25	-	-	1 465 662,25
Estado e outros entes públicos	14 216,42	-	-	14 216,42
Outras contas a receber	37 371 723,23	-	-	37 371 723,23
Diferimentos	142 317,84	-	-	142 317,84
Caixa e depósitos	17 110 764,68	-	-	17 110 764,68
Sub-total	56 104 684,42	-	-	56 104 684,42
TOTAL DO ATIVO	416 851 000,23	1 593 052,70	- 7 180 325,05	411 263 727,88
PATRIMÓNIO LÍQUIDO				
Património/Capital	182 921 450,47	-	-	182 921 450,47
Reservas	2 543 993,57	-	-	2 543 993,57
Resultados transitados	41 697 759,62	1 593 052,70	- 7 180 325,05	36 110 487,27
Outras variações no Património Líquido	89 072 893,04	-	-	89 072 893,04
Resultado líquido do período	13 118 081,46	-	-	13 118 081,46
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	329 354 178,16	1 593 052,70	- 7 180 325,05	323 766 905,81
PASSIVO				
Passivo não corrente				
Provisões	5 117 671,88	-	-	5 117 671,88
Financiamentos obtidos	48 278 050,58	-	-	48 278 050,58
Outras contas a pagar	4 857 315,30	-	-	4 857 315,30
Sub-total	58 253 037,76	-	-	58 253 037,76
Passivo corrente				
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	87 651,01	-	-	87 651,01
Fornecedores	4 354 049,04	-	-	4 354 049,04
Estado e outros entes públicos	407 475,18	-	-	407 475,18
Financiamentos obtidos	6 772 000,00	-	-	6 772 000,00
Fornecedores de investimentos	1 427 926,66	-	-	1 427 926,66
Outras contas a pagar	6 051 084,78	-	-	6 051 084,78
Diferimentos	10 143 597,64	-	-	10 143 597,64
Sub-total	29 243 784,31	-	-	29 243 784,31
TOTAL DO PASSIVO	87 496 822,07	-	-	87 496 822,07
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E DO PASSIVO	416 851 000,23	1 593 052,70	- 7 180 325,05	411 263 727,88

Quadro 47: Ajustamentos de transição para o SNC-AP

No global, os ajustamentos efetuados resultaram numa diminuição do património líquido no montante de 5.587.272,35 euros.

As demonstrações financeiras do período de 2021 não foram reexpressas.

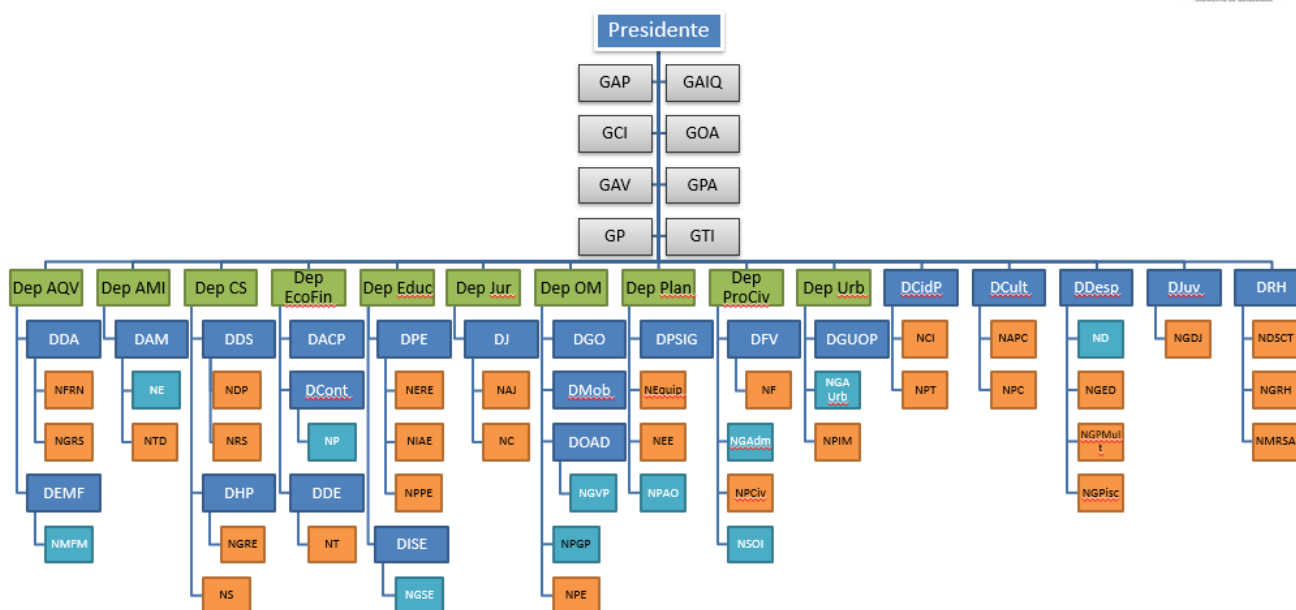
g) Nota 1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

Os elementos da caracterização da entidade de acordo com o SNC-AP, e complementados conforme as instruções do Tribunal de Contas, são as constantes do seguinte mapa, durante o exercício económico de 2022:

	CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE		
1	Identificação da entidade: MUNICÍPIO DE GONDOMAR		
1.2	ENDEREÇO POSTAL: Praça Manuel Guedes, 4420-193 GONDOMAR		
	TELEFONE- TELEFAX: 22 466 05 00 / 22 466 05 66		
	Número de identificação Fiscal: 506 848 957		
	Site: www.cm-gondomar.pt		
	Email: geral@cm-gondomar.pt / contabilidade@cm-gondomar.pt		
1.3	NÚMEROS DE ELEITORES		
	MUNICÍPIO	Até 10 000	
		Mais de 10 000 e menos de 40 000	
		Igual ou superior a 40 000	<input checked="" type="text" value="X"/>
2	LEGISLAÇÃO		
	Regime Financeiro	Lei 73/2013 de 3 de setembro	
	Regime Jurídico	Lei 75/2013 de 12 de setembro	
3	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL		
3.1	SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS		
	A Câmara tem Serviços Municipalizados?		Não
	Se respondeu sim, especifique quais e indique os respectivos grupos:		

3.2	ÓRGÃOS
Tem órgãos de natureza consultiva?	
Tem órgãos de fiscalização? (Revisor Oficial de Contas)	
	Não
	Sim
3.3	ORGANOGRAMA

Estrutura Orgânica



Legenda de gráficos:



Gráfico 18: Organograma



GONDOMAR

e Dour

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

Dep AMI - Departamento de Atendimento Municipal e Inovação
Dep AQV - Departamento de Ambiente e Qualidade de Vida
Dep CS - Departamento de Coesão Social
Dep EcoFin - Departamento Económico e Financeiro
Dep Educ - Departamento de Educação
Dep Jur - Departamento Jurídico
Dep OM - Departamento de Obras Municipais
Dep Plan - Departamento de Planeamento Estratégico e Equipamento
Dep ProCiv - Departamento de Proteção Civil, Segurança e Fiscalização
Dep Urb - Departamento de Urbanismo
DACP - Divisão de Aquisições e Contratação Pública
DAM - Divisão de Atendimento Municipal
DCidP - Divisão de Cidadania e Participação
DCont - Divisão de Contabilidade
DCult - Divisão da Cultura
DDA - Divisão de Desenvolvimento Ambiental
DDE - Divisão de Desenvolvimento Económico
DDesp - Divisão do Desporto
DDS - Divisão de Desenvolvimento Social
DEVMF - Divisão de Espaços Verdes, Mercados e Feiras
DFV - Divisão de Fiscalização e Vistorias
DGUOP - Divisão de Gestão Urbanística e Obras Particulares
DHS - Divisão de Habitação Social
DISE - Divisão de Intervenção Socio escolar
DJ - Divisão Jurídica
DJuy - Divisão da Juventude
DMTGO - Divisão de Mobilidade, Trânsito e Gestão de Obras
DOAD - Divisão Operacional e de Administração Direta
DPE - Divisão de *Prospetiva* Educativa
DPSIG - Divisão de Planeamento e SIG

DRH - Divisão de Recursos Humanos
GAIQ - Gabinete de Auditoria Interna e Qualidade
GAP - Gabinete de Apoio à Presidência
GAV - Gabinete de Apoio à Vereação
GCI - Gabinete de Comunicação e Imprensa
GOA - Gabinete dos Órgãos Autárquicos
GP - Gabinete de Protocolo
GPA - Gabinete de Proteção Animal;
GTI - Gabinete de Tecnologias de Informação
NAdm - Núcleo de Gestão Administrativa (4º Grau)
NAJ - Núcleo de Apoio Jurídico (3º Grau)
NAPC - Núcleo de Arquivo e Património Cultural (3º Grau)
NC - Núcleo de Contencioso (3º Grau)
NCI - Núcleo de Cidadania e Igualdade (3º Grau)
ND - Núcleo de Desporto (4º Grau)
NDP - Núcleo de Desenvolvimento de Projetos (3º Grau)
NDSCT - Núcleo de Desenvolvimento Socioprofissional e Condições de Trabalho (3º Grau)
NE - Núcleo de Expediente (4º Grau)
NEE - Núcleo de Estudos Estratégicos (3º Grau)
Nequip - Núcleo de Equipamento (3º Grau)
NERE - Núcleo de Equipamentos e Recursos Escolares (3º Grau)
NF - Núcleo de Fiscalização (3º Grau)
NFRN - Núcleo de Florestas e Recursos Naturais (3º Grau)
NGA - Núcleo de Gestão Administrativa
NGA Urb - Núcleo de Gestão Administrativa (4º Grau)
NGAdm - Núcleo de Gestão Administrativa (4º grau)
NGC - Núcleo de Gestão Cultural (3º Grau)
NGDJ - Núcleo de Gestão e Dinamização da Juventude (3º Grau)
NGED - Núcleo de Gestão de Equipamentos Desportivos (3º Grau)

NGPisc - Núcleo de Gestão de Piscinas Municipais (3º Grau)
NGPMult - Núcleo de Gestão do Pavilhão Multiusos (4º Grau)
NGRE - Núcleo de Gestão de Recursos e Equipamentos (3º Grau)
NGRH - Núcleo de Gestão de Recursos Humanos (3º Grau)
NGRS - Núcleo de Gestão de Resíduos e Serviços (3º Grau)
NGSE - Núcleo de Gestão Sócio escolar
NGVP - Núcleo de Gestão da Via Pública (3º Grau)
NI - Núcleo de Inovação (3º Grau)
NIAE - Núcleo de Intervenção e Acompanhamento Educativo (3º Grau)
NMFM - Núcleo de Mercados, Feiras e Metrologia (4º Grau)
NMRSA - Núcleo de Metodologias de recrutamento e seleção, Avaliação e gestão administrativa (4º Grau)
NO - Núcleo de Oficinas (4º Grau)
NP - Núcleo de Património (4º Grau)
NPAuto - Núcleo de Parque Automóvel (4º Grau)
NPC - Núcleo de Proteção Civil (3º Grau)
NPE - Núcleo de Projetos e Estudos (3º Grau)
NPIM - Núcleo de Projetos de Interesse Municipal (3º Grau)
NPPE - Núcleo de Planeamento e Projetos Educacionais (3º Grau)
NPT - Núcleo de Participação e Transparência (3º Grau)
NRS - Núcleo de Respostas Sociais (3º Grau)
NS - Núcleo de Saúde (4º Grau).
NSOI - Núcleo de Segurança, Operações e Informações (4º grau)
NT - Núcleo de Turismo (3º Grau)
NTD - Núcleo de Tramitação Documental (3º Grau)

4	DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES
	Constituem atribuições do Município aqueles que estão definidos na Lei que regula a sua atividade, nomeadamente: a) Equipamento rural e urbano; b) Energia; c) Transportes e comunicações; d) Educação; e) Património, cultura e ciência; f) Tempos livres e desporto; g) Saúde; h) Ação social; i) Habitação; j) Proteção civil; k) Ambiente e saneamento básico; l) Defesa do consumidor; m) Promoção do desenvolvimento; n) Ordenamento do território e urbanismo; o) Polícia municipal; p) Cooperação externa.



5	RECURSOS HUMANOS		
5.1	IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ORGÃO EXECUTIVO		
	Mandato 2021-2025		
	Presidente	Marco André dos Santos Martins Lopes	
	Vice-Presidente	Luís Filipe Castro de Araújo	
	Vereadores	Maria Aurora Moura Vieira	
		Sandra Eunice Ramos de Almeida	
		José Fernando da Silva Moreira	
		Cláudia Manuela Ramos Vieira	
		Ana Luísa Machado Gomes	
		Jorge Manuel de Castro Ferreira de Ascensão	
		Paulo Diogo Monteiro Tavares	
		Valentina Sanchez Silva	
	Cristina Alexandra Ribeiro Coelho		
	Vice-Presidente		1
	Em regime de permanência		6
	A meio tempo		0
	Restantes vereadores		4

6	ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA		
	Normativo Contabilístico	SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística das Administrações Públicas	
		Aplicações pertencentes ao ERP - AIRC Associação de Informática da Região Centro	
	1- Descrição das características do Sistema informático	SNC - Contabilidade	
		SNT – Tesouraria	
		SNP – Património	
		SGF – Faturação	
		TAX – Aplicação de Taxas	
	2- Demonstrações Financeiras intercalares documentadas		Não
	3- Descentralização contabilística		Não

7	OUTRA INFORMAÇÃO RELEVANTE			
7.1	Fundos Municipais atribuídos			
		Corrente	Capital	Total
	Fundo de Equilíbrio Financeiro	11.641.711,26 €	1.265.484,00	12.907.195,26 €
	Fundo Social Municipal	3.308.010,00 €		3.308.010,00 €
	Participação no IRS	7.152.202,00 €		7.152.202,00 €
	Transf. Competências – Lei 50/2018	4.326.390,88 €		4.326.390,88€
	Artigo 35º RFALEI		383.334,00 €	383.334,00 €
	Participação no IVA	456.075,87 €		456.075,87 €
	TOTAL	26.884.390,01 €	1.648.818,00 €	28.533.208,01
7.3	Ações de Fiscalização			
	Identificação da última inspeção, averiguação ou inquérito, realizado ao município:			
	Data de ação – Desde junho de 2018 - Período abrangido 01/01/2017 a 31/12/2017 – Entidade: IGF –			
	Inspeção Geral de Finanças – Controlo do Endividamento.			

Quadro 48: Caracterização da entidade

Referencial contabilístico e Demonstrações Financeiras

Referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com o SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua atual redação, tendo sido aplicadas subsidiariamente, de acordo com o artigo 13.º, pela ordem seguinte:

- Normas Internacionais de Contabilidade Pública em vigor;
- Sistema de Normalização Contabilística;
- Normas Internacionais de Contabilidade adotadas na União Europeia;
- Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board.

Foram ainda aplicados os requisitos das NCP e de relato financeiro relevantes para a entidade.

As notas relativamente às quais se considere não haver informação para que se justifique a sua divulgação, ou que não sejam significativas para a compreensão das demonstrações financeiras, não serão aplicáveis no presente anexo.

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam as presentes demonstrações financeiras, quaisquer eventos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP, e que tenham produzido efeitos materialmente relevantes.

Comparabilidade das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras referentes ao ano de 2022 foram elaboradas em conformidade com o SNC-AP.

Considerando que o município aplica o SNC-AP desde 1 de janeiro de 2020, nas demonstrações financeiras de 2022 a comparabilidade está assegurada.

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

De seguida apresenta-se a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes.

Valores em euros

Conta	Euros	
Caixa		22 517,50 €
Depósitos à ordem		7 106 333,78 €
Depósitos à ordem no Tesouro		
Depósitos bancários à ordem	7 106 333,78 €	
Depósitos a prazo		
Depósitos de garantias e cações		3 607 460,53 €
Total de caixa e depósitos		10 736 311,81 €

Quadro 49: Discriminação saldos bancários

h) Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 2 foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2022.

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC-AP.

Ativos fixos tangíveis

A partir da data de transição, os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Na data da transição para o SNC-AP, o Município de Gondomar considerou como custo dos ativos fixos tangíveis o seu custo de aquisição.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Entidade, ou seja quando aumentam a vida útil dos ativos ou resultem em benfeitorias ou melhorias significativas. Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

As vidas úteis, método de depreciação e valor residual dos bens são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente. Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período.

Propriedades de investimento

As propriedades de investimento encontram-se reconhecidas e mensuradas pelo modelo do custo, isto é, ao custo menos depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo.

Na transição, as Propriedades de Investimento foram objeto de reclassificação de acordo com as normas de contabilidade pública atuais.

O órgão executivo considera que o justo valor das propriedades de investimento corresponde ao seu valor líquido contabilístico.

Ativos intangíveis

O Município de Gondomar reconhece um ativo intangível sempre que o mesmo for identificável, exercer o controlo sobre o mesmo, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para o Município e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Todos os bens do ativo intangível foram mensurados pelo seu custo.

As perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período.

Participações Financeiras

Os investimentos financeiros relevados no balanço encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das perdas por imparidades.

O Município detém ainda participações em entidades não societárias, cuja participação não se encontra revelada no balanço, dado não cumprirem os critérios de reconhecimento previstos no SNC-AP.

Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

Instrumentos Financeiros

1. Clientes e outras contas a receber

As dívidas de clientes e outras contas a receber são mensuradas, quando reconhecidas inicialmente, pelo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, o qual usualmente não difere do seu valor nominal. Quando existe evidência de que as mesmas se encontram em

imparidade, procede-se ao registo do correspondente ajustamento em resultados. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber, por regra, seis meses após a data de vencimento.

2. Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal, dado o valor nominal não diferir significativamente do custo amortizado, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente.

Os custos de juros e outros gastos incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo.

3. Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas a fornecedores e outras contas a pagar são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, o qual usualmente não difere do seu valor nominal.

4. Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação.

5. Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica «Caixa e depósitos» correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

Acordos de concessão de serviços: Concedente

De acordo com a “NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços: Concedente” os acordos de concessão de serviços devem ser reconhecidos quando o Município de Gondomar controla quais os serviços que o concessionário tem de prestar com o ativo, a quem tem de os prestar e a que preço, controlando, através de propriedade, o ativo no final do termo do acordo.

Até à presente data o Município não obteve as informações necessárias e suficientes junto das Entidades Concessionárias, para concluir a análise dos direitos, obrigações e eventuais

responsabilidades emergentes dos contratos de concessão de serviços no âmbito da Norma Contabilística Pública 4 – Acordos de Concessão.

Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil de referência que consta no CC2.

Os terrenos não são depreciables.

Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios das entidades públicas não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Fundos Próprios e subsequentemente, quando respeitam a ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciables, são mantidos nos Fundos Próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Provisões

São reconhecidas provisões quando:

1. A Entidade tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
2. É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e,
3. É possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação. Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras.

A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

Ativos e Passivos Contingentes

O Município de Gondomar reconhece os Ativos e Passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos.

Os Ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos. Os ativos e passivos contingentes são avaliados, no final de cada período de relato continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

Benefícios dos empregados

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego quer por decisão unilateral da entidade quer por mútuo acordo são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

Regime do acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados na base do acréscimo, pela qual são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e perdas e rendimentos e ganhos são registadas nas rubricas “Outras contas a receber”, “Outras contas a pagar” ou “Diferimentos”.

Reconhecimento de Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros Ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Rendimentos

As matérias relacionadas com o reconhecimento e mensuração do rendimento de transações, são abordadas tendo em conta o prescrito nas NCP 13 – Rendimentos de transações com contraprestação e NCP 14 - Rendimentos de transações sem contraprestação.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para o município benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

Vendas e prestações de serviços

São reconhecidos pelo seu justo valor da retribuição recebida ou a receber. O justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas. Os serviços podem ser prestados durante mais do que um período, atendendo-se, nesta circunstância ao regime do acréscimo.

Transferências e subsídios obtidos

As transferências/subsídios obtidos são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que se cumprirão as condições exigidas para a sua concessão.

As transferências/subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no Património Líquido, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados (rubrica Imputação de subsídios e transferências para investimentos) numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados, ou seja, na proporção dos respetivos gastos de depreciação e de amortização durante a vida útil dos ativos. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciables, são mantidos no Património Líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Acontecimentos após a data de Balanço

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são eventos ajustáveis considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na nota 17.

Imparidade

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de imparidade de todos os Ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor.

Se existir evidência objetiva de imparidade, o montante de perda, a inscrever em resultados, para Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado resulta da diferença entre a quantia escriturada e o valor atual dos fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro, podendo ser revertida em período subsequente se deixar de existir prova objetiva de imparidade.

O montante de perda, a inscrever em resultados, para Ativos financeiros mensurados ao custo resulta da diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno do mercado corrente para um ativo financeiro semelhante.

Vida útil estimada e valor residual dos ativos fixos tangíveis

A vida útil estimada e valor residual do equipamento operacional foram determinados pelo Município de Gondomar de acordo com o Classificador Complementar 2 que consta da Portaria n.º 189/2016 ou CIBE - Cadastro e Inventário dos Bens do Estado que constava da Portaria n.º 671/2000 que, com base na nossa experiência, consideramos uma boa estimativa da vida útil destes Ativos.

Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efetuada pelo Município de Gondomar quanto à existência de prova objetiva de imparidade e da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores.

Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo:

- Alterações da conjuntura económica,
- Deterioração da situação creditícia dos principais utentes e contribuintes e de incumprimentos significativos, face à situação pandémica.

Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos.

As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Principais Pressupostos Relativos ao Futuro

As demonstrações financeiras do Município foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos, organizados elaborados de acordo com as NCP em vigor à data da elaboração das mesmas.

Principais Fontes de Incerteza das Estimativas

O SNC-AP requer que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

Erros Materiais de Períodos Anteriores

Nada a relevar.

i) Nota 3 - Ativos intangíveis

Os bens do ativo intangível foram mensurados pelo seu custo, sendo depreciados pelo método da linha reta, durante o seu período de vida útil, em conformidade com o Classificador Complementar 2 (CC2) do SNC-AP.

Em 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis encontra-se nos quadros seguintes.

Município de Gondomar

Anual (período 14) 2022

Ativos intangíveis - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	2 646 381,28	2 349 674,11	0,00	296 707,17	2 795 454,71	2 499 801,13	0,00	295 653,58
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	2 646 381,28	2 349 674,11	0,00	296 707,17	2 795 454,71	2 499 801,13	0,00	295 653,58

Município de Gondomar

Ativos intangíveis - Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final
		Adições	Transf. Internas	Revalorizações	Reversões perdas	Perdas por imparidade	Amortiz. período	Diminuições	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	296 707,17	149 073,43	0,00	0,00	0,00	0,00	-150 127,02	0,00	295 653,58
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	296 707,17	149 073,43	0,00	0,00	0,00	0,00	-150 127,02	0,00	295 653,58

Município de Gondomar

Anual (período 14) 2022

Ativos intangíveis - Adições

RUBRICAS	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transfer. ou troca	Doação	Dação em pagamento	Locação fin.	Fusão, cisão, ...	Outras	Total
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	149 073,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	149 073,43
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	149 073,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	149 073,43

Município de Gondomar

Anual (período 14) 2022

Ativos intangíveis - Diminuições

RUBRICAS	Diminuições				
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Quadro 50: Ativos Intangíveis

**j) Nota 4 - Acordos de concessão de serviços:
concedente**

Resumo dos acordos de concessão de serviço:

Valores em euros

Contrato de Concessão	Concessionário	Ativo de Concessão	Período de Concessão	Valor do Contrato	Pagamentos ao Concessionário		
					Anos anteriores	Ano Corrente	Anos Futuros
Concessão de Distribuição de Energia Elétrica em Baixa Tensão	E-REDES - Distribuição de Eletricidade, S.A.	Distribuição do serviço público de Energia Elétrica	2021				
Contrato de concessão do serviço público de abastecimento de água	Águas de Gondomar, SA	Serviço público de abastecimento de água	Até Setembro 2031				
Contrato de concessão do serviço público de abastecimento de Gestão de estacionamento	ESSE - Estacionamento de Gondomar, SA	Lugares de Estacionamento Público Tarifados à Superfície e em Parques de Estacionamento Subterrâneo	Até Julho 2041				

Quadro 51: Acordos de concessão

Em 2022 foi reclassificado para conta adequada do ativo fixo tangível os equipamentos “Parque de Estacionamento da Areosa” e “Parque de Estacionamento da Loja do Cidadão” cedidos à exploração ao concessionário “ESSE – Estacionamento de Gondomar, S.A.”, conforme se evidenciará na nota 5.

Até à presente data o Município não obteve outras informações necessárias e suficientes junto das Entidades Concessionárias, para concluir a análise dos direitos, obrigações e eventuais responsabilidades emergentes dos contratos de concessão de serviços no âmbito da Norma Contabilística Pública 4 – Acordos de Concessão.

k) Nota 5 - Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido. A autarquia utiliza o método das quotas constantes (ou da linha reta) para calcular as depreciações.

Em 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis encontra-se de seguida.

Município de Gondomar								
Anual (Período 14)								
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - VARIAÇÕES DAS DEPRECIAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADES ACUMULADAS								
Rubricas	Início do Período				Final do Período			
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por imp. Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumulada	Quantia escriturada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	5 835 899,94	-	-	5 835 899,94	6 314 908,87	-	-	6 314 908,87
Edifícios e outras construções	2 743 436,42	1 079 788,23	-	1 663 648,19	2 743 436,42	1 420 199,65	-	1 323 236,77
Infraestruturas	222 871 159,24	199 220 354,56	-	23 650 804,68	225 755 218,24	201 634 402,64	-	24 120 815,60
Património histórico, artístico e cultural	328 140,07	447,33	-	327 692,74	349 665,07	447,33	-	349 217,74
Outros	7 719 526,00	3 274 562,34	-	4 444 963,66	7 950 786,97	3 538 523,60	-	4 412 263,37
Bens de domínio público em curso	29 403 973,72	-	-	29 403 973,72	48 158 605,35	-	-	48 158 605,35
	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos em concessão	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	2 380 863,65	-	-	2 380 863,65
Infraestruturas	-	-	-	-	-	-	-	-
Património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos em concessão em curso	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos e recursos naturais	52 360 318,86	-	-	52 360 318,86	54 375 388,00	-	-	54 375 388,00
Edifícios e outras construções	295 616 623,14	76 000 755,71	-	219 615 867,43	296 778 254,91	88 223 306,66	-	208 554 948,25
Equipamento básico	7 603 266,89	6 088 321,97	-	1 514 944,92	8 338 935,57	6 374 249,65	-	1 964 685,92
Equipamento de transporte	3 354 660,43	2 330 315,28	-	1 024 345,15	3 571 243,65	2 538 677,82	-	1 032 565,83
Equipamento administrativo	5 179 441,45	4 420 788,75	-	758 652,70	5 491 985,23	4 652 471,18	-	839 514,05
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	3 717 761,84	3 247 760,73	-	470 001,11	3 823 605,15	3 353 882,17	-	469 722,98
Ativos fixos tangíveis em curso	7 618 245,40	-	-	7 618 245,40	13 895 730,15	-	-	13 895 730,15
	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	644 352 453,40	295 663 094,90	-	348 689 358,50	679 928 627,23	311 736 160,70	-	368 192 466,53

Município de Gondomar

Anual (Período 14)

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - QUANTIA ESCRITURADA E VARIAÇÕES DO PERÍODO

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações					Quantia Escriturada Final
		Ajustamentos SNC-AP	Adições	Trasn. Internas	Depreciações Período	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural							- €
Terrenos e recursos naturais	5 835 899,94		809 473,91 -	164 908,27	- -	165 556,71	6 314 908,87
Edifícios e outras construções	1 663 648,19		-	- -	147 058,09	-	1 516 590,10
Infraestruturas	23 650 804,68		926 197,98	1 981 587,82 -	2 419 312,08 -	23 726,80	24 115 551,60
Património histórico, artístico e cultural	327 692,74		21 525,00	-	-	-	349 217,74
Outros	4 444 963,66		-	231 260,97 -	263 961,26	-	4 412 263,37
Bens de domínio público em curso	29 403 973,72		20 332 684,36 -	1 578 052,73	-	-	48 158 605,35
	-		-	-	-	-	-
Ativos fixos em concessão							-
Terrenos e recursos naturais	-		-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-		-	2 380 863,65 -	313 166,55	-	2 067 697,10
Infraestruturas	-		-	-	-	-	-
Património histórico, artístico e cultural	-		-	-	-	-	-
Ativos fixos em concessão em curso	-		-	-	-	-	-
	-		-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis							-
Terrenos e recursos naturais	52 360 318,86		1 888 560,87	126 508,27	-	-	54 375 388,00
Edifícios e outras construções	219 615 867,43 -	5 587 272,35	227 069,94	1 157 209,92 -	6 515 465,38	-	208 897 409,56
Equipamento básico	1 514 944,92		786 802,02	46 436,10 -	379 402,00 -	97 569,44	1 871 211,60
Equipamento de transporte	1 024 345,15		259 839,39	-	251 618,71 -	43 256,17	989 309,66
Equipamento administrativo	758 652,70		378 303,38	5 889,78 -	302 676,28 -	71 649,38	768 520,20
Equipamentos biológicos	-		-	-	-	-	-
Outros	470 001,11		76 585,48	40 220,43 -	115 781,19 -	10 962,60	460 063,23
Ativos fixos tangíveis em curso	7 618 245,40		10 504 500,69 -	4 227 015,94	-	-	13 895 730,15
	-		-	-	-	-	-
Total	348 689 358,50		36 211 543,02	- -	10 708 441,54 -	412 721,10	368 192 466,53

Município de Gondomar

Anual (Período 14)

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - ADIÇÕES

Rubricas	ADIÇÕES								TOTAL
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou Troca	Expropriação	Doação	Fusão Cisão, ...	Outras	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural									- €
Terrenos e recursos naturais	-	14 448,00	-	-	204 768,00	-	-	590 257,91	809 473,91
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Infraestruturas	-	348 616,80	-	-	-	303 304,60	-	274 276,58	926 197,98
Património histórico, artístico e cultural	-	12 300,00	-	-	-	-	-	9 225,00	21 525,00
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bens de domínio público em curso	-	20 332 684,36	-	-	-	-	-	-	20 332 684,36
	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos em concessão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Infraestruturas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos em concessão em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos e recursos naturais	-	522 037,75	-	-	892 977,55	171,61	-	473 373,96	1 888 560,87
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-	-	227 069,94	227 069,94
Equipamento básico	-	718 990,47	-	-	-	-	-	67 811,55	786 802,02
Equipamento de transporte	-	259 839,39	-	-	-	-	-	-	259 839,39
Equipamento administrativo	-	264 308,88	-	-	-	16 878,30	-	97 116,20	378 303,38
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	34 507,23	-	-	-	-	-	42 078,25	76 585,48
Ativos fixos tangíveis em curso	-	10 504 500,69	-	-	-	-	-	-	10 504 500,69
	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	33 012 233,57	-	-	1 097 745,55	320 354,51	-	1 781 209,39	36 211 543,02

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - DIMINUIÇÕES						
Rubricas	ADIÇÕES					TOTAL
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						- €
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	165 556,71	165 556,71
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Infraestruturas	-	-	-	-	23 726,80	23 726,80
Património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Bens de domínio público em curso	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos em concessão	-	-	-	-	-	-
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Infraestruturas	-	-	-	-	-	-
Património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos em concessão em curso	-	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	29 927,90	-	-	67 641,54	97 569,44
Equipamento de transporte	-	-	-	-	43 256,17	43 256,17
Equipamento administrativo	-	-	-	-	71 649,38	71 649,38
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	10 962,60	10 962,60
Ativos fixos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-
Total	-	29 927,90	-	-	382 793,20	412 721,10

Quadro 52: Ativos Fixos Tangíveis

No exercício de 2022 foi identificado e reclassificado para conta adequada os ativos fixos tangíveis em concessão “Parque de Estacionamento da Areosa” e “Parque de Estacionamento da Loja do Cidadão”, permanecendo em falta a identificação dos ativos em concessão cedidos à “E-Redes – Distribuição de Eletricidade, SA” e “Águas de Gondomar, SA”.

I) Nota 6 – Locações

6.1 Locações Financeira

À data de 31 de dezembro de 2022, o Município de Gondomar não tinha qualquer contrato de locação financeira.

6.2 Locações Operacionais

À data de 31 de dezembro de 2022, o Município de Gondomar tem contratualizados os seguintes contratos de locação operacional.

Bens Locados	Nº Comp	Valor do Contrato c/ IVA	Pagamentos efetuados				Futuros pagamentos mínimos			
			Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total
			Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes				
Veículos Automóveis	49865	163 714,28 €	29 861,41 €		133 852,87 €		3 724,33 €			3 724,33 €
Veículos Automóveis	51549	241 874,54 €	58 379,04 €		183 495,50 €		36 922,54 €			36 922,54 €
Veículos Automóveis	55268	90 464,64 €	22 616,16 €		67 848,48 €		18 129,07 €			18 129,07 €
Veículos Automóveis	58004	41 061,01 €	10 825,44 €		30 235,57 €		15 765,47 €			15 765,47 €
Veículos Automóveis	58424	54 761,01 €	14 499,00 €		40 262,01 €		25 980,87 €			25 980,87 €
Veículos Automóveis	64409	125 134,33 €	59 962,38 €		65 171,95 €		97 459,65 €	97 578,64 €		195 038,29 €
Veículos Automóveis	69521	9 983,46 €	4 991,73 €		4 991,73 €		241 703,76 €	486 010,69 €		727 714,45 €
Veículos Automóveis	49864	210 991,55 €	46 024,81 €		164 966,74 €		17 630,58 €			17 630,58 €
Veículos Automóveis	49866	172 043,20 €	27 607,05 €		144 436,15 €		9 186,73 €			9 186,73 €
Veículos Automóveis	49867	59 222,79 €	11 890,80 €		47 331,99 €		4 712,27 €			4 712,27 €
Veículos Automóveis	53385	132 370,00 €	34 416,20 €		97 953,80 €		16 216,78 €			16 216,78 €
TOTAL			321 074,02 €		980 546,79 €		487 432,05 €	583 589,33 €		1 071 021,38 €

Quadro 53: Quadro das locações operacionais

m) Nota 7 - Custo de empréstimos obtidos

Os financiamentos obtidos estão mensurados pelo seu valor nominal, não sendo materialmente relevante a sua contabilização ao custo amortizado.

Os custos de juros e outros gastos incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo.

Junta-se o mapa dos empréstimos.

Nº	Data contrato	Visto Tribunal Contas		FINALIDADES			Dívida a 1 de Janeiro de 2022	Encargos Anuais 2022		Dívida a 31 de Dezembro de 2022	
		Nº registo	Data					Amortização	Juros		
19	25/07/93	20-03-97 28-12-98	6298 37366	10-02-97 15-10-98	Construção de 404 fogos no Bairro Mineiro destinados a arrendamento - PER. (I)	(b)	CGD	929 881,68	309 671,31	790,88	620 210,35
20	25/07/97	01-08-97 29-01-98		30/09/13	Construção de fogos em várias freguesias destinados a arrendamento - PER. (I)	(b)	BCP	891 389,23	594 073,89	2 041,19	297 315,34
21	25/07/97	01-08-97 29-01-98	35560 7154	07-07-97 11-3-98	Construção de fogos em várias freguesias destinados a arrendamento - PER. (I)	(b)	BPI	889 588,94	593 038,55	83,02	296 550,39
25	16/06/05	23/06/05	1886	31/08/05	Financiamento à construção do Pavilhão Multiusos de Gondomar - (FEDER) - (I)	(d)	BST	1 776 315,95	473 684,20	-	1 302 631,75
38	18/02/09	09/03/09	522	26/05/09	Financiamento à construção de Edifícios escolares	(d)	CGD	926 896,52	68 520,72	13 779,94	858 375,80
103	16/06/10	29/10/10	1566	31/12/10	Financiamento à construção de Centros Escolares	(d)	BCP	1 844 199,67	75 035,74	23 672,93	1 769 163,93
					Sub -Total (empréstimos excepcionados)			7 258 271,97	2 114 024,41	40 367,96	5 144 247,56
15	25/02/19	18/03/19	986	22/05/19	Liquidação dívida EDP	—	BPI	12 548 426,88	720 483,84	102 204,23	11 827 943,04
16	26/06/05	02/09/05		03/11/05	Cessão de Créditos Habitação	—	BPI	3 399 976,96	767 494,00	362 824,62	2 632 482,96
17	26/06/05	02/09/05		03/11/05	Cessão de Créditos Habitação	—	BST	3 399 973,71	767 493,61	329 824,61	2 632 480,10
27	28/02/07	03/03/08	1409	04/02/08	Financiamento destinado a aquisição 349 fogos de habitação Social (complementar)	—	BST	2 067 294,60	182 650,69	2 291,25	1 884 643,91
28	28/02/07	03/03/08	1415	04/02/08	Financiamento destinado a aquisição 156 fogos de habitação Social - M6, S. Pedro da Cova	—	CGD	1 874 784,06	162 619,87	-	1 712 164,19
29	28/02/07	03/03/08	1413	04/02/08	Financiamento destinado a aquisição 100 fogos de habitação Social - Baguim do Monte	—	CGD	1 217 093,29	105 571,38	-	1 111 521,91
30	18/02/09	09/03/09	1414	04/02/08	Financiamento destinado a aquisição 93 fogos de habitação Social - Zorra, S. Cosme	—	CGD	1 036 116,09	89 873,31	-	946 242,78
31	18/02/09	09/03/09	521	26/05/09	Construção do Centro de Acolhimento de Crianças e Jovens de Gondomar	—	CGD	502 951,34	37 547,59	7 624,49	465 403,75
32	18/02/09	09/03/09	522	26/05/09	Financiamento à construção de Edifícios escolares	—	CGD	1 827 639,44	137 117,83	27 977,45	1 690 521,61
33	09/07/09	10/08/09	1657	08/10/09	Financiamento complementar para aquisição de 109 fogos em Stª Eulália	—	BANIF	887 425,98	62 264,22	13 025,01	825 161,76
34	09/07/09	10/08/09	1654	08/10/09	Financiamento complementar para aquisição de 88 fogos na Triana	—	BANIF	690 867,50	48 473,16	10 140,05	642 394,34
35	09/07/09	24/09/09	1655	08/10/09	Financiamento para aquisição de 109 fogos em Stª Eulália	—	IHRU	1 664 196,60	135 733,79	6 336,64	1 528 464,81
36	09/07/09	24/09/09	1656	08/10/09	IHRU - Empréstimo 88 fogos - Triana	—	IHRU	1 295 573,57	105 668,34	4 933,06	1 189 905,23
102	16/06/10	29/10/10	1566	31/12/10	Financiamento à construção de Centros Escolares	—	BCP	1 862 071,68	152 345,32	48 063,22	1 709 726,36
53	27/12/12	02/07/13	1118	28/08/13	Financiamento para aquisição de 43 fogos em Vila Verde	—	IHRU	641 520,43	35 389,42	5 027,78	606 131,01
59	06/08/09	16/11/09	188	01/06/10	Financiamento destinado à reabilitação de fogos de Habitação Social - Giesta	—	IHRU	267 398,08	19 379,58	914,08	248 018,50
101	25/02/19	07/03/19	987	22/05/19	Liquidação dívida EDP	—	CGD	12 608 466,40	720 483,84	136 931,97	11 887 982,56
					Sub -Total (empréstimos não excepcionados)			47 791 778,61	4 250 589,79	1 058 118,46	43 541 188,82
TOTAL								55 050 050,58	6 364 614,20	1 098 486,42	48 685 436,38

Quadro 54: Mapa dos empréstimos

n) Nota 8 - Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis.

De seguida apresenta-se o quadro com as propriedades de investimento no início e no final

Município de Gondomar

Propriedades de Investimento - Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final	Gastos do Período
		Adições	Transf. Internas	Depreciações período	Perdas imparidade	Dif. cambiais	Diminuições		
Propriedades de Investimento									
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	264 080,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	264 080,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Propriedades de Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de Investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	264 080,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	264 080,00	0,00

Quadro 55: Propriedades de investimento

o) Nota 9 - Imparidade de ativos

2022

Imparidade de Ativos

Classes	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade Acumulada	Reversão de imparidades	Quantia Recuperável
Cientes, contribuintes e utentes	4 384 302,14	2 084 541,13	315 504,24	2 615 265,25
Investimentos financeiros	9 229 867,01	371,15	0,00	9 229 495,86
Total:	13 614 169,15	2 084 912,28	315 504,24	11 844 761,11

Quadro 56: Imparidade de ativos

No período foram constituídas perdas por imparidade para dividas a receber de clientes, contribuintes e utente no valor de 171.875,35 € e revertidas perdas por imparidade no montante de 315.504,24 €.

p) Nota 10 - Inventários

Não existem inventários registados no Município de Gondomar.

q) Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação

As notas têm por objetivo prescrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade. De seguida apresenta-se o detalhe:

Município de Gondomar

2022

Rendimento de transações com contraprestação até 31/12/2022

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do período	
704	Taxas, multas e outras penalidades				
7041	Taxas	212,50	0,00	0,00	0,00
7043	Taxas específicas das autarquias locais	3 334 745,41	0,00	0,00	0,00
7044	Multas e outras penalidades	374 606,28	0,00	0,00	0,00
71	Vendas				
711	Mercadorias	13 914,99	0,00	0,00	0,00
713	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	30 574,10	0,00	0,00	0,00
72	Prestação de serviços				
7202	Serviços específicos do setor da educação	4 326 390,88	0,00	0,00	0,00
7203	Serviços específicos das autarquias locais	11 329 367,27	0,00	0,00	0,00
7205	Concessões	2 313 020,95	0,00	0,00	0,00
7208	Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	1 061,89	0,00	0,00	0,00
7211	Aluguer de equipamentos	67 622,82	0,00	0,00	0,00
7212	Arrendamento	497 057,98	0,00	0,00	0,00
7299	Outros serviços	9,05	0,00	0,00	0,00
78	Outros rendimentos				
781	Rendimentos suplementares	488,50	0,00	0,00	0,00
787	Rendimentos em investimentos não financeiros	11 500,00	0,00	0,00	0,00
7880	Outros rendimentos do Estado	12 084,36	0,00	0,00	0,00
7881	Correções relativas a períodos anteriores	79 237,88	0,00	0,00	0,00
7889	Outros não especificados	207 935,33	0,00	0,00	0,00
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares				
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	74 760,55	0,00	0,00	0,00
	Total:	22 674 590,74	0,00	0,00	0,00

Quadro 57: Rendimento de transações com contraprestação

r) Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às

administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

Município de Gondomar

2022

Rendimento de transações sem contraprestação até 31/12/2022

Tipo de rendimento		Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
		Resultados	Património líquido	Início do período	Final do período	
701	Impostos Diretos					
70103	Derrama	1 723 184,64	0,00	0,00	0,00	0,00
70105	Imposto municipal sobre imóveis	19 898 438,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70106	Imposto único de circulação	4 010 995,98	0,00	0,00	0,00	0,00
70199	Outros	38 057,97	0,00	0,00	0,00	0,00
702	Impostos Indiretos					
70208	Impostos indiretos específicos das autarquias locais	738 490,65	0,00	0,00	0,00	0,00
70210	Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	10 444 413,66	0,00	0,00	0,00	0,00
75	Transferências e subsídios correntes obtidos					
75111	Estado	23 504 691,81	0,00	0,00	0,00	0,00
7514	Resto do Mundo	12 568,85	0,00	0,00	0,00	0,00
752	Subsídios correntes	12 308 113,42	0,00	0,00	0,00	0,00
76	Reversões					
762	De perdas por imparidade	315 504,24	0,00	0,00	0,00	0,00
763	De provisões	3 512 803,41	0,00	0,00	0,00	0,00
7883	Imputação de subsídios e transferências para investimentos	2 488 043,71	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		78 995 306,34	0,00	0,00	0,00	0,00

Quadro 58: Rendimento de transações sem contraprestação

s) Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, quer instaurados pelo Município de Gondomar, quer instaurados por outras entidades, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, foi reduzida a provisão em 3.512.803,41 € relativa à extinção do processo judicial com a “Cooperativa O Problema da Habitação CRL.”

	Quantia Escriturada Inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia Escriturada Final
		Reforços	Aumentos da Quantia Escriturada	Outros Aumentos	Total dos Aumentos	Utilizações	Reversões	Outras Diminuições	Total das Diminuições	
Processos Judiciais em curso	5 117 671,88 €	- €	- €	- €	- €	- €	3 512 803,41 €		3 512 803,41 €	1 604 868,47 €
Outras provisões										

Quadro 59: Mapa das provisões

Em documento anexo, segue a listagem dos processos judiciais em curso.

t) Nota 17 – Acontecimentos após a data de relato

O final do exercício de 2022 e a entrada no exercício económico de 2023 voltam a condicionar toda ação do Município em função da crise energética, a elevada inflação, que há muitas décadas não se verificava e a subida elevada das taxas de juro, são situações que irão continuar a ter impacto nas demonstrações financeiras a apresentar.

A continuação da guerra na Ucrânia, é outro fator que condicionará a atividade económica mundial, também terá o seu impacto na atividade autárquica.

Tratam-se de acontecimentos materialmente relevantes, embora não tenham conduzido a ajustamentos.

u) Nota 18 – Instrumentos Financeiros

Nos quadros seguintes indica-se a participação do Município de Gondomar em entidades societárias e não societárias:

Município de Gondomar										
A. Participações em entidades societárias										
Ano: 2022										
Da data 01/01/2022 à data 31/12/2022										
Entidade participada		Tipo de Entidade	CAE	Capital	Participação no final do exercício			Forma da realização do capital		Obs.
Denominação	N.I.P.C				Valor nominal subscrito	%	Valor nominal realizado	Meios monetários (montante)	Em espécie (montante)	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Metro do Porto, SA	503278602	Societária	60211	8 517 540,00	5,000,01		5,00	5,00		
Águas do Douro e Paiva S.A.	503537624	Societária		20 902 500,00	842 185,00	4,34	842 185,00	20 902 500,00		
FAM - Fundo de Apoio Municipal	513319182	Societária	84113	417 857 175,00	1 822 428,00	0,44	1 822 428,00	1 822 428,00		0,00
Primus - Promoção e Desenvolvimento Regional, S.A.	504558161	Societária		163 098,00	499,01		499,01	163 098,00		
Sociedade Transportes Colectivos do Porto, S.A. - STCP	500246467	Societária		90 000 000,00	6 552 000,00	7,28	5,00	5,00		

Quadro 60: Participações em entidades societárias

Município de Gondomar

Ano: 2022

B. Participações em entidades não societárias

Da data 01/01/2022 à data 31/12/2022

Entidade participada		Tipo de Entidade	CAE	Capital estatutário	Contribuição			Ob.
Denominação	N.I.P.C				Em N	Forma da realização		
						Meios monetários	Em espécie	
1	2	3	4	5	6	7	8	9
Associação Nacional Municípios Portugueses - ANMP	501627413	Não Societária			6 161,67	6 071,80		
Lipor - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto	501394192	Não Societária		52 291 466,31	1 102 275,76	1 138 658,57		
Área Metropolitana do Porto	502823305	Não Societária		4 705 959,05	91 577,00	91 577,00		
Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.	508905435	Não Societária		2 284 950,70	1 500,00	1 500,00		
ADRIEM-Associação de Desenvº. Rural Integrado das Terras de Sª.Maria	508225736	Não Societária		0,00	25 000,00	25 000,00		
Agência de Energia do Porto - Adeporto	507886550	Não Societária		204 250,00	19 622,00	20 622,00		
Associação de Municípios Parque das Serras do Porto	513966927	Não Societária		0,00	70 000,00	70 000,00		

Quadro 61: Participações em entidades não societárias

Mapa com a discriminação das entidades que compõem o saldo da conta 41- Investimentos Financeiros

Entidade	NIF	Quantia Escriturada Inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia Escriturada Final
			Compras	Ganhos Justo Valor	Recursos Por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outros	
Metro do Porto, SA	503278602	5 €									5 €
Águas do Douro e Paiva S.A.	503537624	842 185 €									842 185 €
FAM - Fundo de Apoio Municipal	513319182	1 822 428 €									1 822 428 €
Primus - Promoção e Desenvolvimento Regional, S.A.	504558161	128 €									128 €
Adeporto - Agência de Energia do Porto	507886550	12 750 €									12 750 €
Sociedade Transportes Colectivos do Porto, S.A. - STCP	500246467	6 552 000 €									6 552 000 €
TOTAL											9 229 496 €

Quadro 62: Mapa dos investimentos financeiros

É política do Município reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

v) Nota 19 – Benefício dos Empregados

Estabelece a NCP 19 que as responsabilidades por benefícios de curto prazo, nos quais se incluem remunerações certas e permanentes (salários, ordenados, subsídio de alimentação, subsídio de férias, subsídio de natal, e despesas de representação), abonos variáveis ou eventuais e contribuições para regimes de proteção obrigatórios, são mensurados numa base não descontada, uma vez que não existe a possibilidade de qualquer ganho ou perda atuarial.

Assim, as obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas pela quantia não descontada:

como um passivo, em acréscimo de gastos, das quantias relativas aos direitos, nomeadamente de férias e subsídio de férias do período, que são somente pagas durante o período de relato seguinte.

como um gasto, exceto se outra norma (NCP 5 - Ativos Fixos Tangíveis e NCP 10 - Inventários) exija ou permita a inclusão destes benefícios no custo de um ativo;

como um ativo, em gasto antecipado, se a quantia já paga exceder a quantia não descontada dos benefícios, na extensão em que o pré-pagamento conduza, por exemplo, a uma redução em pagamentos ou a uma devolução de dinheiro.

Foram reconhecidos no período do relato, como passivos relativos a benefícios de curto prazo respeitantes a remuneração de férias e remuneração de subsídio de férias, em *Credores por acréscimos de gastos / Remunerações a liquidar*, no montante de 4.146.237,76 €.

No período em análise, os gastos com o pessoal ascenderam a 31.383.862,46 €.

w) Nota 23 - Outras divulgações

O ano de 2022 continuou a ser implementado do SNC-AP no Município de Gondomar, à semelhança do que se verificou em praticamente todas as autarquias do país, sistema que traz um novo paradigma às finanças públicas, centrado, fundamentalmente, na sua contabilidade, relato, controlo e transparência das contas públicas.

Esta situação acarretou a perda de comparabilidade entre 2019 e 2020, sendo retomada gradualmente com as demonstrações financeiras para 2021 e 2022.

Sendo este Relatório de Gestão elaborado neste novo normativo contabilístico (SNC-AP), e apesar de ter sido feito todo o esforço no sentido de que fosse de encontro ao Modelo Único de Prestação de Contas proposto, é expectável que ainda haja alguns aspetos que serão melhorados em exercícios futuros, além de que se espera a melhor definição de interpretações contabilísticas por parte da Comissão de Normalização Contabilística, bem como outros órgãos de fiscalização/supervisão, no que respeita a aplicação das normas ao caso concreto das Autarquias Locais, tal qual foi sucedendo no setor privado com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

De qualquer das formas, consideramos que este é um documento que demonstra de forma clara, fiável e objetiva a situação contabilística e financeira do Município de Gondomar a 31 de dezembro de 2022.

Nota final

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Município de Gondomar ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações

11) Demonstrações orçamentais

“As demonstrações orçamentais são uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental de uma entidade. Consequentemente, os objetivos das demonstrações orçamentais de finalidades gerais são o de proporcionar informação acerca do orçamento inicial, das alterações orçamentais, da execução das despesas e das receitas orçamentadas, dos pagamentos e recebimentos e do desempenho orçamental. ...”

Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, NCP 26.

Nos termos do parágrafo 46 da Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, o conjunto de demonstrações orçamentais históricas a preparar pelas entidades são as seguintes:

- a) Demonstração de Desempenho Orçamental;
- b) Demonstração de Execução Orçamental da Receita;
- c) Demonstração de execução Orçamental da Despesa;
- d) Demonstração da execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI)
- e) Anexo IV - Alterações ao plano plurianual de investimentos
- f) Anexo V - Operações de tesouraria

As demonstrações orçamentais permitem, nomeadamente: o acompanhamento de todas as fases da receita e da despesa na classe 0 - Contabilidade Orçamental, a verificação através do balancete da contabilidade orçamental do conteúdo das demonstrações orçamentais, conhecer de forma mais simples e direta os cabimentos registados, ou seja, a reserva de dotação orçamental disponível, bem como, o montante daqueles que ainda não se converteram em compromisso, ou seja, assunção perante terceiros da responsabilidade por um possível passivo.

a) Demonstração de Desempenho Orçamental

Município de Gondomar							
Demonstração do desempenho orçamental do período findo em 31 de Dezembro de 2022							Valores em €
RUBRICA RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						(n-1)
	RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
Saldo da gestão anterior	5 493 051,64	2 701 364,71	3 279 435,62	0,00	5 636 912,71	17 110 764,68	21 504 888,56
Operações Orçamentais [1]	5 493 051,64	2 701 364,71	3 279 435,62	0,00	0,00	11 473 851,97	16 897 119,36
Devolução do saldo oper. Orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de tesouraria [A]	0,00	0,00	0,00	0,00	5 636 912,71	5 636 912,71	4 607 769,20
Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita corrente	0,00	92 806 736,01	437 532,75	0,00	0,00	93 244 268,76	84 649 876,26
R1 Receita Fiscal	0,00	34 377 718,95	0,00	0,00	0,00	34 377 718,95	32 656 725,41
R1.1 Impostos diretos	0,00	34 377 718,95	0,00	0,00	0,00	34 377 718,95	32 656 725,41
R1.2 Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2 Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3 Taxas, multas e outras penalidades	0,00	3 589 194,06	0,00	0,00	0,00	3 589 194,06	3 160 069,95
R4 Rendimentos de propriedade	0,00	3 224 959,48	0,00	0,00	0,00	3 224 959,48	2 572 163,96
R5 Transferências e subsídios correntes	0,00	38 556 950,15	437 532,75	0,00	0,00	38 994 482,90	35 544 366,37
R5.1 Transferências correntes	0,00	38 556 950,15	437 532,75	0,00	0,00	38 994 482,90	35 544 366,37
R5.1.1 Administrações Públicas	0,00	38 556 950,15	437 532,75	0,00	0,00	38 994 482,90	35 544 366,37
R5.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00	38 556 950,15	437 532,75	0,00	0,00	38 994 482,90	35 544 366,37
R5.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.5 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.2 Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.3 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.2 Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6 Venda de bens e serviços	0,00	12 789 761,96	0,00	0,00	0,00	12 789 761,96	10 629 990,04
R7 Outras receitas correntes	0,00	268 151,41	0,00	0,00	0,00	268 151,41	86 560,53
Receita de capital	0,00	1 648 818,00	6 885 888,84	0,00	0,00	8 534 706,84	8 768 485,10
R8 Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	61 407,00
R9 Transferências e subsídios de capital	0,00	1 648 818,00	6 885 888,84	0,00	0,00	8 534 706,84	8 707 078,10
R9.1 Transferências de capital	0,00	1 648 818,00	6 885 888,84	0,00	0,00	8 534 706,84	8 707 078,10
R9.1.1 Administrações Públicas	0,00	1 648 818,00	6 885 888,84	0,00	0,00	8 534 706,84	8 707 078,10
R9.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00	1 648 818,00	6 885 888,84	0,00	0,00	8 534 706,84	8 707 078,10
R9.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.5 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2 Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.3 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.2 Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10 Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R11 Reposições não abatidas aos pagamentos	0,00	5 226,20	0,00	0,00	0,00	5 226,20	4 069,23
Receita efetiva [2]	0,00	94 450 780,21	7 323 421,59	0,00	0,00	101 774 201,80	93 422 430,59
Receita não efetiva [3]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R12 Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13 Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Soma [4]=[1]+[2]+[3]	5 493 051,64	97 162 144,92	10 602 857,21	0,00	0,00	113 258 053,77	110 319 549,95
Operações de tesouraria [B]	0,00	0,00	0,00	0,00	1 758 380,26	1 758 380,26	2 425 794,31



GONDOMAR
e Dourado

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

Município de Gondomar							
Demonstração do desempenho orçamental do período findo em 31 de Dezembro de 2022							Valores em €
RUBRICA PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						(n-1)
	RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
Despesa corrente	2 536 718,07	62 524 933,73	5 050 059,94	0,00	0,00	70 111 711,74	63 006 398,33
D1 Despesas com o pessoal	638 630,90	28 860 403,47	985 639,41	0,00	0,00	30 484 673,78	28 404 445,58
D1.1 Remunerações Certas e Permanentes	352 836,47	22 314 633,84	415 988,40	0,00	0,00	23 083 458,71	21 608 776,85
D1.2 Abonos Variáveis ou Eventuais	8 081,89	563 413,00	6 581,79	0,00	0,00	578 076,68	337 522,68
D1.3 Segurança Social	277 712,54	5 982 356,63	563 069,22	0,00	0,00	6 823 138,39	6 458 146,05
D2 Aquisição de bens e serviços	1 749 926,96	21 243 908,54	2 608 138,49	0,00	0,00	25 601 973,99	24 752 150,74
D3 Juros e outros encargos	36 081,36	922 351,60	150 508,82	0,00	0,00	1 108 941,78	1 078 856,72
D4 Transferências e subsídios correntes	76 938,73	10 587 295,07	1 229 180,98	0,00	0,00	11 893 414,78	7 888 039,40
D4.1 Transferências correntes	76 938,73	9 210 155,13	881 189,73	0,00	0,00	10 168 283,59	7 226 226,41
D4.1.1 Administrações Públicas	9 000,00	4 184 073,97	234 710,59	0,00	0,00	4 427 784,56	2 757 895,22
D4.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00	1 368 042,71	72 857,24	0,00	0,00	1 440 899,95	1 057 827,69
D4.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.5 Administração Local	9 000,00	2 816 031,26	161 853,35	0,00	0,00	2 986 884,61	1 700 067,53
D4.1.2 Entidades do setor não lucrativo	56 977,57	3 933 978,88	610 830,38	0,00	0,00	4 601 786,83	3 577 854,67
D4.1.3 Famílias	10 961,16	1 048 892,37	35 648,76	0,00	0,00	1 095 502,29	882 270,52
D4.1.4 Outras	0,00	43 209,91	0,00	0,00	0,00	43 209,91	8 206,00
D4.2 Subsídios correntes	0,00	1 377 139,94	347 991,25	0,00	0,00	1 725 131,19	661 812,99
D5 Outras despesas correntes	35 140,12	910 975,05	76 592,24	0,00	0,00	1 022 707,41	882 905,89
Despesa de capital	2 348 167,23	29 632 445,99	931 131,63	0,00	0,00	32 911 744,85	29 481 120,09
D6 Aquisição de bens de capital	2 204 480,37	28 083 817,55	909 075,05	0,00	0,00	31 197 372,97	27 189 247,21
D7 Transferência e subsídios de capital	143 686,86	1 548 628,44	22 056,58	0,00	0,00	1 714 371,88	2 291 872,88
D7.1 Transferências de capital	143 686,86	1 548 628,44	22 056,58	0,00	0,00	1 714 371,88	2 291 872,88
D7.1.1 Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.5 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.2 Entidades do setor não lucrativo	48 187,50	633 700,82	22 056,58	0,00	0,00	703 944,90	1 056 674,52
D7.1.3 Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.4 Outras	95 499,36	914 927,62	0,00	0,00	0,00	1 010 426,98	1 235 198,36
D7.2 Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8 Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa efetiva [5]	4 884 885,30	92 157 379,72	5 981 191,57	0,00	0,00	103 023 456,59	92 487 518,42
Despesa não efetiva [6]	608 166,34	5 005 376,40	577 528,80	0,00	0,00	6 191 071,54	6 358 179,56
D9 Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D10 Despesa com passivos financeiros	608 166,34	5 005 376,40	577 528,80	0,00	0,00	6 191 071,54	6 358 179,56
Soma [7]=[5]+[6]	5 493 051,64	97 162 756,12	6 558 720,37	0,00	0,00	109 214 528,13	98 845 697,98
Operações de tesouraria [C]	0,00	0,00	0,00	0,00	702 656,80	702 656,80	1 396 650,80
Saldo para a gerência seguinte	0,00	-611,20	4 044 136,84	0,00	6 692 636,17	10 736 161,81	17 110 764,68
Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	0,00	-611,20	4 044 136,84	0,00	0,00	4 043 525,64	11 473 851,97
Operações de tesouraria [C]=[A]-[B]-[C]	0,00	0,00	0,00	0,00	6 692 636,17	6 692 636,17	5 636 912,71
Saldo global [2] - [5]	-4 884 885,30	2 303 400,49	1 342 230,02	0,00	0,00	-1 239 254,79	934 912,17
Despesa primária	4 848 803,94	91 235 028,12	5 830 682,75	0,00	0,00	101 914 514,81	91 408 661,70
Saldo corrente	-2 536 718,07	30 281 802,28	-4 612 527,19	0,00	0,00	23 132 557,02	21 643 477,93
Saldo de capital	-2 348 167,23	-27 983 627,99	5 954 757,21	0,00	0,00	-24 377 038,01	-20 712 634,99
Saldo primário	-4 884 803,94	3 225 752,09	1 492 738,84	0,00	0,00	-130 313,01	2 013 768,89
Receita total [1] + [2] + [3]	5 493 051,64	97 162 144,92	10 602 857,21	0,00	0,00	113 258 053,77	110 319 549,95
Despesa total [5] + [6]	5 493 051,64	97 162 756,12	6 558 720,37	0,00	0,00	109 214 528,13	98 845 697,98

Quadro 63: Demonstração do desempenho Orçamental

Quadro 64: Alterações Orçamentais Receita

Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Município de Gondomar											Ano: 2022
(designação da autarquia local)											
Rúbrica	Descrição	Previsões corrigidas	Rec. pl cobrar per. anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições Emitidos	Pagos	Receitas cobradas líquidas	Rec. pl cobrar final do período	Euros
								Períodos anteriores	Período corrente	Total	
Receita corrente											
R011	Impostos diretos	31 966 439,75	562 890,91	34 817 757,03	440 038,08	34 817 757,03	440 038,08	0,00	34 377 718,95	34 377 718,95	562 890,91
R03	Taxas, multas e outras penalidades	2 812 394,70	749 885,38	4 559 927,82	128 219,35	3 589 198,62	4,56	287 842,91	3 301 351,15	3 589 194,06	1 592 399,79
R04	Rendimentos de propriedade	2 538 338,03	58 124,29	3 224 959,48	0,00	3 224 959,48	0,00	0,00	3 224 959,48	58 124,29	127 050
R05111	Administração Central - Estado Português	37 785 030,11	0,05	43 200 990,56	4 206 507,66	38 994 482,90	0,00	0,00	38 994 482,90	0,05	103,201
R06	Venda de bens e serviços	6 356 527,00	2 762 638,89	12 926 352,69	56 817,15	12 789 761,86	0,00	940 650,18	11 849 111,78	12 789 761,96	14 798
R07	Outras receitas correntes	83 128,37	12 690,14	287 180,25	4 506,84	268 151,41	0,00	0,00	268 151,41	27 212,14	322,575
Receita de capital											
R08	Venda de bens de investimento	29 868,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
R09111	Administração Central - Estado Português	37 490 697,81	1 503 954,38	8 724 888,84	190 182,00	8 534 706,84	0,00	0,00	8 534 706,84	1 503 954,38	22,765
Outras receitas											
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	4 049,32	0,00	5 226,20	0,00	5 226,20	0,00	0,00	5 226,20	0,00	129,064
R14	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	11 473 851,97	0,00	11 473 851,97	0,00	11 473 851,97	0,00	0,00	11 473 851,97	0,00	100,000
Total											
		81 561 857,96	4 446 229,66	99 017 167,83	4 836 089,08	93 684 311,40	440 042,64	1 228 493,09	92 015 775,67	93 244 268,76	5 083 039,65
		37 520 566,72	1 503 954,38	8 724 888,84	190 182,00	8 534 706,84	0,00	0,00	8 534 706,84	1 503 954,38	22,747
		11 477 901,29	0,00	11 479 078,17	0,00	11 479 078,17	0,00	0,00	11 479 078,17	0,00	100,010
		130 560 325,97	5 650 184,04	119 221 134,84	5 026 271,08	113 698 086,41	440 042,64	1 228 493,09	112 029 560,88	113 258 053,77	6 586 994,03
											85,807

ORGÃO EXECUTIVO

Em ... de de

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ... de de

Quadro 65: Alterações Orçamentais Despesa

Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Município de Gondomar											Ano:	2022	
(designação da autarquia local)													
Rúbrica	Descrição	Previsões corrigidas	Rec. pl cobrar per. anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições	Receitas cobradas líquidas		Rec. pl cobrar final do período	Euros		
							Entidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total	Períodos anteriores	Período corrente
Receita corrente													
R011	Impostos diretos	31 986 439,75	562 890,91	34 817 757,03	440 038,08	34 817 757,03	440 038,08		0,00	34 377 718,95	34 377 718,95	562 890,91	0,000
R03	Taxas, multas e outras penalidades	2 812 394,70	749 885,38	4 559 927,82	128 219,35	3 589 198,62	4,56		287 842,91	3 301 351,15	3 589 194,06	1 592 399,79	10,235
R04	Rendimentos de propriedade	2 538 338,03	58 124,29	3 224 959,48	0,00	3 224 959,48	0,00		0,00	3 224 959,48	3 224 959,48	58 124,29	0,000
R05111	Administração Central - Estado Português	37 785 030,11	0,05	43 200 990,56	4 206 507,66	38 994 482,90	0,00		0,00	38 994 482,90	38 994 482,90	0,05	0,000
R06	Venda de bens e serviços	6 356 527,00	2 762 638,89	12 926 352,69	56 817,15	12 789 761,96	0,00		940 650,18	11 849 111,78	12 789 761,96	2 842 412,47	14,798
R07	Outras receitas correntes	83 128,37	12 690,14	287 180,25	4 506,84	268 151,41	0,00		0,00	268 151,41	268 151,41	27 212,14	0,000
Receita de capital													
R08	Venda de bens de investimento	29 868,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
R09111	Administração Central - Estado Português	37 490 697,81	1 503 954,38	8 724 888,84	190 182,00	8 534 706,84	0,00		0,00	8 534 706,84	8 534 706,84	1 503 954,38	0,000
Outras receitas													
R11	Reposições não atribuídas aos pagamentos	4 049,32	0,00	5 226,20	0,00	5 226,20	0,00		0,00	5 226,20	5 226,20	0,00	0,000
R14	Saldo da gestão anterior - operações orçamentais	11 473 851,97	0,00	11 473 851,97	0,00	11 473 851,97	0,00		0,00	11 473 851,97	11 473 851,97	0,00	0,000
		81 691 857,96	4 146 229,66	99 017 167,83	4 836 089,08	93 684 311,40	440 042,64	440 042,64	1 228 493,09	92 015 775,67	93 244 268,76	5 083 039,65	1,506
		37 520 566,72	1 503 954,38	8 724 888,84	190 182,00	8 534 706,84	0,00	0,00	0,00	8 534 706,84	8 534 706,84	1 503 954,38	0,000
		11 477 901,29	0,00	11 479 078,17	0,00	11 479 078,17	0,00	0,00	0,00	11 479 078,17	11 479 078,17	0,00	0,000
		130 560 325,97	5 650 184,04	119 221 134,84	5 026 271,08	113 898 096,41	440 042,64	440 042,64	1 228 493,09	112 029 560,68	113 258 053,77	6 586 994,03	0,941
													85,807

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

d) Demonstração da execução do PPI

Documento colocado anexo por ser muito extenso a dificultar a sua leitura dentro deste relatório.

e) Alterações ao plano plurianual de investimentos

Documento colocado anexo por ser muito extenso a dificultar a sua leitura dentro deste relatório.

f) Operações de tesouraria

Documento colocado anexo por ser muito extenso a dificultar a sua leitura dentro deste relatório.

12) Mapa de Acordos de pagamento

O Município de Gondomar não tem pagamentos em atraso, pelo que não se aplica o artigo 19º do Decreto-Lei nº 127/2012 de 21 de Junho.

13) *Registo de Compromissos Plurianuais*

DECLARAÇÃO

Marco André Martins Lopes, Presidente da Câmara Municipal de Gondomar, para os efeitos previstos na alínea a) do nº 1 do artigo 15º da Lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº 22/2015 de 17 de Março, declara que todos os compromissos se encontram devidamente registados na base de dados centrais de encargos plurianuais.

Paços do Município de Gondomar, abril de 2023

O Presidente da Câmara

(Dr. Marco Martins)

14) *Certificação Legal de Contas*

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **“Município de Gondomar”** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 429.690.102,29 euros e um total de fundos próprios de 341.427.735,33 euros, incluindo um resultado líquido de 15.707.377,14 euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **“Município de Gondomar”** em 31 de dezembro de 2022, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

1. O Município dispõe de mapas de inventário dos bens do seu ativo fixo tangível, elaborados de acordo com o previsto no Classificador Complementar do plano de contas multidimensional, publicado em anexo ao Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro. No entanto, a identificação, reconhecimento e mensuração da plenitude dos elementos integrantes do ativo fixo tangível do Município, nomeadamente os terrenos e recursos naturais, edifícios e outras construções e infraestruturas, face à sua dimensão, multiplicidade, dispersão e, nos casos aplicáveis, a antiguidade, a insuficiente informação interna sobre os critérios de mensuração (valorimetria) destes elementos, e definição do

grau de acabamento dos investimentos em curso, provenientes de períodos anteriores, reveste-se de condicionalismos específicos.

Estas circunstâncias e limitações não nos permitem obter as evidências necessárias e suficientes sobre este agregado do ativo.

Nestes termos, não nos é possível emitir uma opinião devidamente fundamentada sobre a plenitude e adequação do valor da rubrica ativos fixos tangíveis apresentada no balanço, assim como das respetivas depreciações, e da imputação a resultados das transferências e subsídios obtidos para a aquisição de ativos depreciables, e, consequentemente, dos seus efeitos no resultado líquido do período.

2. Até à presente data o Município não obteve as informações necessárias e suficientes junto das Entidades Concessionárias, para concluir a análise dos direitos, obrigações e eventuais responsabilidades emergentes dos contratos de concessão de serviços no âmbito da Norma Contabilística Pública 4 – Acordos de Concessão. Por este motivo, desconhecemos o impacto que esta conclusão poderá provocar nas demonstrações financeiras do Município.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

1. Conforme é referido no ponto 7 do relatório de gestão está em curso trabalho de aperfeiçoamento da contabilidade de gestão, de modo a dar cumprimento integral ao previsto na NCP 27 – Contabilidade de Gestão.

2. Conforme é referido na divulgação transitória do anexo às demonstrações financeiras (adoção pela primeira vez do SNC-AP), foram efetuados no exercício de 2022 ajustamentos para o balanço de abertura de acordo com o SNC-AP, os quais resultaram numa diminuição do património líquido no montante de 5.587.272,35 euros.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em

fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 113.258.053,77 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 109.214.528,13 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 22 de abril de 2023

Assinado por: **Paulo Jorge Seabra dos Anjos**
Num. de Identificação: 10857602
Data: 2023.04.23 20:48:33+01'00'

Anjos & Associados – SROC, LDA
Representada por: Dr. Paulo Jorge Seabra dos Anjos
ROCnº 1520, inscrito na CMVM sob o nº 20161130